

EDIÇÃO DE FIM DE SEMANA - CAMPINAS E REGIÃO

Campinas (SP), Sexta-feira, 8 a domingo, 10 de Maio de 2026

www.correiodamanha.com.br

Ano CXXIV Nº 25.012

R\$ 5,00

Estados Unidos monitoram investigação de Alexandre de Moraes contra jornalista

PAULO CAPPELLI - PÁGINA 13

Câmara analisa projeto da Prefeitura que reduz taxas para construção

Proposta propõe redução na chamada outorga onerosa - que funciona como uma taxa paga por construtoras para que as empresas possam construir acima do limite básico permitido em um terreno; Simulações feitas pela Prefeitura mostram que a economia para o construtor será real: em um exemplo no distrito do Campo Grande, uma taxa que poderia chegar a quase R\$ 3 milhões cairia para cerca de R\$ 487 mil. No bairro Nova Europa, a redução é ainda mais drástica, onde o custo de uma contrapartida integral que superava os R\$ 16 milhões seria reduzido para pouco mais de R\$ 1,6 milhão

PÁGINA 4

Paulo Cappelli assume vice-presidência do Correio da Manhã e estreia coluna



O jornalista Paulo Cappelli assumiu a vice-presidência do grupo Correio da Manhã já fazendo integração e visitando as redações nacionais. Além da de Brasília, que esteve no início da semana e que será sua base de atuação, visitou,

ao lado do publisher Cláudio Magnavita, a operação do Correio da Manhã em São Paulo e Campinas (SP), conhecendo também o parque gráfico em Indaiatuba (SP), que produz as duas edições paulistas

MAGNAVITA - PÁGINA 23

Ofício pede suspensão de corte de árvores

Bancada de esquerda protocolou ofício junto à Prefeitura solicitando a suspensão imediata de novas intervenções na Praça do Coco, em Barão Geraldo

PÁGINA 5

Litoral de SP tem 35 praias impróprias

PÁGINA 9

Funcionária do Mario Gatti é presa por injúria racial

PÁGINA 5

Dia das Mães: saiba mais sobre a Matrescência

A maternidade implica grandes mudanças no corpo, na mente, nos vínculos e na forma da mulher se sentir e de existir



Romantizada, nova fase é atravessada por ambivalências

PÁGINA 24

Jaguariúna recebe Conecta Turismo

Jaguariúna sedia o evento em 11 de maio, focada em iniciativas regionais. Programa do Sebrae e Prefeitura destaca inovação, IA e parcerias

PÁGINA 7

DORA KRAMER

Conflito de interesses assola tribunais

PÁGINA 18

Master: Câmara de São Roque inicia CPI

A Câmara de São Roque realizou a segunda reunião da CPI aberta para investigar aplicação de recursos do São Roque Prev no Banco Master

PÁGINA 8

LUMMERTZ

O mundo mudou. O Brasil virou ativo estratégico

PÁGINA 18

Tales Faria

Mendonça resolve impasse entre Lula e Alcolumbre

A 5ª fase da Operação Compliance Zero, realizada nesta quinta-feira, 7, abriu caminho para a solução do impasse em que se enfiaram o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o mandatário do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), desde a derrubada da indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Alcolumbre saiu da votação como quem levou a nocaute o chefe do poder Executivo. Com uma postura mais ou menos assim: agora Lula só pode apresentar um novo ministro para o STF se este for indicado pelo presidente do Senado.

Lula tem muito apreço por suas prerrogativas como presidente da República. Sabe que há toda uma carga simbólica sobre seus gestos no cargo. Se entregar a um senador o poder de decidir quem pode e quem não pode ser ministro da Suprema Corte, outros virão tomar mais uma fatia do poder. Em pouco tempo, ele será um pato manco no Palácio. Então estava num impasse: não poderia se dobrar a Alcolumbre, mas também não poderia indicar outro nome que venha a ser derrubado.

Mas eis que o ministro André Mendonça deflagrou essa nova operação da Polícia Federal em busca de envolvidos nas supostas fraudes do banco Master. Pois é, foi o bolsonarista André Mendonça, quem deu a ordem. Ele, que assumiu a relatoria do caso no STF em substituição ao ministro Alexandre de Moraes e que agora comanda as investigações da Polícia Federal.

Não dá para dizerem que se trata de alguma perseguição articulada por baixo dos panos pelo diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, a mando

do presidente da República. E a operação se voltou contra um dos comandantes do centrão no Congresso, o presidente nacional do PP, senador Ciro Nogueira (PI), amigo e aliado de Alcolumbre, e também um dos que articularam a derrubada de Jorge Messias na semana passada.

Ciro é acusado de receber mesada do dono do Máster, Daniel Vorcaro, e de ter apresentado uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) elaborada por assessores do banqueiro preso.

Se André Mendonça atirou em Ciro, por que ele pouparia Alcolumbre? Vale lembrar que, quando presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Alcolumbre segurou por quatro meses a sabatina de Mendonça ameaçando derrubá-lo.

E o presidente do Senado sabe dos problemas que tem. Em fevereiro, Jocildo Lemos, indicado por ele como diretor-presidente da Amapá Previdência (Amprev), se viu obrigado a pedir exoneração do cargo porque foi alvo da Operação Zona Cinzenta, que investiga investimentos de R\$ 400 milhões da autarquia estadual em letras financeiras podres do Banco Master.

Se na semana passada Alcolumbre colocou Lula contra a parede, agora é ele quem entra na linha de tiro sem a força de antes para impor constrangimentos ao presidente da República. Mendonça abriu um caminho de saída para o impasse na indicação do futuro ministro.

Lula não precisa mais engolir um nome escolhido por Alcolumbre, basta não bater de frente que o presidente do Senado também não poderá atrapalhar.

Que tal uma mulher, negra com notório saber jurídico e reputação ilibada?

Fernando Molica

O mandato coletivo de Ciro

A julgar pela apuração da Polícia Federal, o senador Ciro Nogueira (PP-PI) deu uma interpretação particular ao conceito de mandato coletivo e tratou de dividir o seu com o Banco Master. Segundo investigações, ele foi além, e privatizou a delegação recebida de eleitores de seu estado: 897.959 cidadãos votaram em Nogueira e elegeram Daniel Vorcaro.

Isso, de acordo com a PF, em troca de favores, que incluíam uma versão turbinada do velho Mensalão: pelo aluguel ou venda do mandato, o senador receberia R\$ 300 mil ou R\$ 500 mil mensais, o direito de usar uma casa do Master, participação subsidiada em empresa e pagamento de viagens e jantares. O voto em Nogueira tinha valor.

A apuração citada pelo ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, diz que o ex-ministro-chefe da Casa Civil de Jair Bolsonaro recebeu do Master o texto de emenda que favorecia diretamente o banco: ampliava de R\$ 250 mil para R\$ 1 milhão o valor do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), mecanismo que assegura o ressarcimento de investidores.

“Saiu exatamente como mandei”, teria dito Vorcaro, pelo que diz a PF. O uso do verbo “mandar” reforça a ideia da operação de compra e venda: A interferência de Vorcaro, também segundo as investigações, teria ocorrido em outros projetos abraçados por Nogueira.

O senador piauiense, que na prática atuou como primeiro-ministro de Bolsonaro, não foi o único a apresentar proposta sob medida para o

Master. O deputado Filipe Barros (PL-PR), pré-candidato ao Senado, também protocolou um projeto que aumentava para R\$ 1 milhão a garantia para investidores — o FGC era um dos principais argumentos usados por bancos e corretoras para convencer investidores a colocarem dinheiro em papéis do Master.

Caberá à Justiça avaliar as provas, determinar aprofundamento de investigações e julgar Nogueira. As evidências são muito grandes, mas é claro que tudo pode não ter passado de uma simples coincidência.

O episódio ilustra, porém, o tamanho do jogo de interesses escusos movimentado pela política e reforça a necessidade de uma apuração ainda mais profunda, em todos os poderes da República. Um escândalo como o do Master não ocorreria sem parceria e cumplicidade de agentes públicos.

O que está em questão é muito maior que inocência ou a culpa deste ou daquele político ou magistrado; mas a credibilidade das tão faladas instituições. A profusão de casos ressalta a necessidade de uma reforma política ampla — é insustentável a manutenção de um sistema que possibilita a cada parlamentar ser representante dos seus próprios interesses e/ou dos seus patrocinadores de ocasião.

Ao alugarem ou venderem seus poderes, agentes públicos implodem a estrutura constitucional, agem de maneira tão ou mais danosa que os golpistas do 8 de Janeiro, que acabaram de ser beneficiados pelo Congresso — com o voto de Nogueira.

EDITORIAL

Fila em todo o quarteirão é incompetência

Fila que dobra quarteirão, gente sob o sol na rua, “amarelinhos” ajudando a orientar o trânsito, pressão, irritação, muita conversa... e a sensação de déjà vu. A cena registrada em Campinas no penúltimo dia (0605) para regularizar o título eleitoral não é novidade, tampouco exceção. Ela se repete com teimosa e regularidade a cada ciclo eleitoral: 2018, 2020, 2022, 2024 e, agora, novamente. A pergunta que se impõe não é “o que aconteceu?”, mas “por que continua acontecendo?”.

Afinal, não se trata de falta de prazo, que é de meses, mas sim da concentração de decisões em poucos dias, transformando um serviço ordinário em uma corrida contra o relógio. Essa constatação revela, para além de um comportamento individual, uma engrenagem coletiva emperrada.

É claro que existe a cultura de deixar tudo para a última hora, um traço conhecido da vida brasileira. Contudo, reduzir a questão a isso é conveniente e insuficiente, uma vez que, sendo um fenômeno previsível, ele também é administrável.

O poder público sabe, por experiência reiterada, que a demanda explode na reta final. Sabe que campanhas de conscientização ganham tração apenas quando o prazo aperta. Sabe que o atendimento digital, embora ampliado, ainda não alcança todos com a mesma eficiência. No entanto, a cena se

repete: filas longas, estrutura tensionada, cidadãos expostos ao desgaste físico e emocional.

Não se trata apenas de falta de gestão de fluxo. Trata-se de respeito. Horas na fila sob o sol não deveria ser o preço a pagar pelo exercício de um direito básico. A previsibilidade da situação recorrente, há muito, deveria ter gerado soluções mais robustas, como a ampliação efetiva de horários nos dias críticos, reforço de equipes, mutirões antecipados, comunicação mais incisiva e segmentada, além de plataformas digitais mais acessíveis e resolutivas.

É preciso reconhecer ainda que o ambiente digital, embora avance, ainda exclui. Nem todos têm familiaridade, acesso ou condições para resolver pendências on-line. Isso exige uma política híbrida mais inteligente, que distribua a demanda ao longo do tempo em vez de concentrá-la em um limite do prazo.

O que se vê, ano após ano, é uma espécie de pacto tácito entre o comportamento social e a resposta institucional insuficiente. Naturalizar essas filas é aceitar que o previsível continue sendo tratado como exceção, sabendo-se de antemão que não é. É rotina, algo que se repete, expõe falhas conhecidas e, pior, toleradas há anos. Se já sabemos como a história termina, talvez esteja na hora de mudar o roteiro!

Opinião do leitor

Homenagem ao Dia das Mães

Mães que geraram e mães que sempre amaram os filhos que não são seus, neste domingo (10 de maio) vão viver o dia a elas dedicado. Data em que com elas me confraternizo, pedindo a Maria mãe de Jesus, que nunca deixe de faltar o aconchego, o respeito e o carinho, tão necessários aos seus corações.

José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200

Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.

CORREIO DE CAMPINAS

Arquivo Pessoal



Pastora tem quase 30 mil seguidores no Instagram

PL tem nova pré-candidata; função é ser escada I

Além de Debora Palermo, o PL de Campinas dispõe de mais uma pré-candidata à deputada estadual. Trata-se da pastora Guerli Herzog, palestrante, mentora e 'analista de temperamentos'. Mas, ao contrário da candidatura de Palermo, que é orgânica e que tem adesão popular, bastidores da Câmara dão conta de que a candidatura de Herzog é fabricada, a fim de alavancar os votos da sigla e aumentar a soma. A religiosa teria sido escolhida porque, além de chamar atenção, por ser alta, loira e articulada, é conhecida pelo clã Bolsonaro. Mas, ainda de acordo com os intramuros do Legislativo, a menos que Michele grave vídeos apoiando-a, Herzog será miolo de chapa.

PL tem nova pré-candidata

No meio político, especificamente, não dispõe, até o momento, de envergadura. No meio coach e em algumas igrejas talvez disponha. Fato é que para o Partido Liberal, em Campinas, a pré-candidata 01 segue sendo Palermo. Estão apostando bem nela. Inclusive, na campanha da legenda na TV veiculada esta semana, apareceu com Flávio.

Agência Brasil



Assim como Tourinho, Padilha também é médico

Padilha em Campinas I

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, estará em Campinas no sábado (9) para entregar equipamentos do SUS, incluindo ambulâncias e micro-ônibus do programa "Agora Tem Especialistas", que serão distribuídos a cidades da região. E, além da visita institucional, confirmou presença no encontro político na sede do Sindipetro (Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Destilação e Refinação de Petróleo de Campinas e Paulínia) para fomentar a pré-candidatura de Pedro Tourinho (PT) a deputado federal.

Padilha em Campinas II

Tourinho foi vereador de Campinas por dois mandatos. Assumiu como deputado federal, em 2024, na condição de suplente. No mesmo ano, disputou a Prefeitura campineira. Obteve 123.500 votos e terminou a eleição em segundo lugar. Em 2022, foi o candidato a deputado federal mais votado na cidade, com 48.786 votos locais e 74.729 no Estado de SP.

PINGA-FOGO

Básico I

A iniciativa do vereador Ailton da Farmácia (PSB) de cobrar a Prefeitura pela ampliação da coleta seletiva mecanizada é um gesto de responsabilidade pública que merece reconhecimento. Ao solicitar informações sobre o que será feito quanto à demanda em áreas de intenso fluxo comercial, ele mostra a que veio.

Básico II

Mas, embora a postura do vereador seja louvável, denota a ausência de ações do Executivo. Não é função parlamentar ter que cobrar a Prefeitura de obrigações extremamente corriqueiras. A necessidade de questionar se não há mais instalação de contêineres demonstra o grau de ineficiência da zeladoria pública.

Básico III

O requerimento teve que apontar a carência de equipamentos na região da Vila Georgina e da Vila Ipê - que são densamente populosas. Também precisou pedir o número de pontos de coleta na cidade, qual o volume médio mensal de recicláveis recolhido e demais dados elementares.

Básico IV

A população não deveria depender de requerimentos da Câmara para que o lixo reciclável deixe de ser descartado de forma irregular. A expansão da coleta seletiva mecanizada para a totalidade dos bairros da Regional 9 é uma meta que já deveria estar consolidada por meio de um planejamento estratégico municipal.

Básico V

A maior parte da coleta seletiva em Campinas ainda ocorre pelo modelo porta a porta, recolhendo papel, plástico, vidro e metal - que são destinados a cooperativas. Mas, o serviço já dispõe de pontos de coleta mecanizada, com contêineres ainda em quantidade insuficiente pela cidade.

Básico VI

Em suma, a eficiência da limpeza pública é dever que exige ação do Executivo. A repreensão do vereador se faz necessária porque há inércia. Mas, é imperativo que a Prefeitura assuma seu papel sem a necessidade de ter que sofrer tantas reprimendas.



Justiça considerou improcedente pedido de Arthur do Val

Justiça rejeita recurso de Mamãe Falei contra Conti

Ex-deputado moveu ação contra vereadora por danos morais

Raquel Valli

A Justiça rejeitou o recurso do ex-deputado estadual Arthur do Val, o Mamãe Falei, contra a vereadora Mariana Conti (PSol), em um processo que ele moveu contra ela por danos morais.

A decisão foi expedida pela 5ª Turma Recursal Cível do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), que negou que a vereadora tenha que pagar a ele uma indenização de 50 mil. Com a negativa do recurso, a Justiça determinou que Do Val arque com o pagamento dos honorários advocatícios da defesa da vereadora, fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa.

A discórdia começou em 2023, quando o ex-deputado tentou entrar em uma ocupação urbana de Campinas, voltada ao acolhimento de mulheres vítimas de violência, e recebeu críticas diretas de Conti, que o classificou como explorador sexual, turista sexual e machista.

No julgamento inicial, em agosto de 2025, a juíza Gabriela Afonso Adamo Ohanian, da 2ª Vara do Juizado Especial Cível de São Paulo, entendeu que as falas da vereadora estavam protegidas pela liberdade de expressão e não configuravam ato ilícito.

Do Val recorreu, mas o Tribunal de Justiça destacou que o posicionamento de Conti foi uma reação aos atos provocativos e intimidatórios contra mulheres

em situação de vulnerabilidade social.

Conti declarou que o desfecho representa uma vitória contra a misoginia, e que o termo machista reflete a postura pública adotada pelo ex-deputado. "Essa conclusão é mais uma vitória contra esses misóginos que acham que suas ações nunca terão consequências. Chamar o 'Mamãe Falei' de 'machista' é só uma constatação de como ele se apresenta publicamente, nas redes sociais e na política", disse - evocando a cassação do parlamentar.

Cassado

Do Val teve o mandato cassado pela Alesp por quebra de decoro parlamentar, após o vazamento de áudios com conteúdo sexista direcionados a mulheres ucranianas. Em 2022, enquanto exercia o mandato, viajou à Ucrânia durante o início da guerra com a Rússia, sob a justificativa de prestar ajuda humanitária.

Mas, durante a viagem, fez comentários depreciativos sobre refugiadas ucranianas, gerando uma crise política e institucional.

O episódio resultou na desfiliação do Podemos e no processo de cassação na Alesp.

Em abril de 2022, ele renunciou ao mandato, mas a Casa prosseguiu com o julgamento, culminando na cassação dos direitos políticos dele por oito anos, tornando-o inelegível até 2030.

Câmara analisa projeto que reduz taxas para construção

Cobrança no Campo Grande, que poderia chegar a R\$ 3 mi, cairia para cerca de R\$ 487 mil

Por Raquel Valli

A Câmara Municipal está analisando um Projeto de Lei Complementar (PLC) que propõe mudar as regras para quem deseja construir na cidade. A proposta é da Prefeitura, que propõe uma redução na chamada outorga onerosa - que funciona como uma taxa paga por construtoras para que as empresas possam construir acima do limite básico permitido em um terreno.

Na prática, esse instrumento permite que um prédio tenha mais andares ou unidades do que o padrão do zoneamento, desde que o empreendedor pague uma contrapartida financeira ao município. Os recursos arrecadados são destinados ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano (FMDU) para custear obras de infraestrutura, mobilidade e habitação popular. Já a proposta busca reduzir esses custos para os construtores, eliminando o aumento gradual que existe na lei vigente.

Na ponta do lápis

Simulações feitas pelo Poder Executivo mostram que a economia para o construtor será real: em um exemplo no distrito do Campo Grande, uma taxa que poderia chegar a quase R\$ 3 milhões cairia para cerca de R\$ 487 mil. No bairro Nova Europa, a re-



Prefeitura de Campinas

Proposta da Prefeitura propõe mudar as regras para quem deseja construir na cidade

dução é ainda mais drástica, onde o custo de uma contrapartida integral que superava os R\$ 16 milhões seria reduzido para pouco mais de R\$ 1,6 milhão.

Isenções e descontos

O projeto mantém a isenção do pagamento da outorga a empreendimentos de habitação de interesse social, além de atividades econômicas em áreas estra-

tégicas próximas a grandes rodovias e instituições públicas.

E também prevê descontos. Empreendimentos com uso misto, apartamentos de até 60 m², espaços abertos ao público e comércio no térreo poderão ter redução de 50% no valor. Já projetos que reservarem ao menos 20% do terreno para uso público poderão ter desconto de 10%.

Insuficiente

Para o arquiteto e urbanista Paulo Gaspar, ex-vereador de Campinas, a proposta é benéfica, mas limitada. “São medidas positivas neste PLC, que vem diminuir o prejuízo causado pela burocracia estatal. Mas, ainda são insuficientes, pois estas alterações sempre vem de forma pontual, a conta gotas, e só acontecem depois de muito dano causado à

cidade, depois de décadas de atraso”. Ainda de acordo com o urbanista, “não existe um projeto de cidade, ou seja, um planejamento global de longo prazo para Campinas, pois a burocracia estatal impera e a falta de vontade política estagna o desenvolvimento coordenado e sustentável”.

Em agosto de 2025, um grupo multissetorial de 31 entidades se uniu para formar o Mais Campinas - entidade de governança colaborativa que apresenta propostas estruturais de médio e longos prazos para a cidade. A iniciativa adota uma estrutura tripartite, composta por sociedade civil, universidades e poder público.

A ideia de implantá-lo foi iniciativa de Gaspar, que, no início do mandato (2021) estudou o modelo que vinha sendo implantado em Maringá (PR). O exemplo paranaense permite investimentos expressivos em obras e tecnologia por meio de um planejamento de 30 anos, com atualizações sistemáticas.

Ao dividir um projeto de três décadas em etapas menores e ajustáveis, o estado consegue atrair capital para construções complexas e modernização digital, com a segurança de que os investimentos serão fiscalizados e corrigidos periodicamente, oferecendo previsibilidade para os investidores e assegurando que a infraestrutura pública saia do papel.

Gestores do Sudeste se reúnem em Campinas

Fernanda Sunega/Prefeitura de Campinas

Campinas sediou na última quinta (7) e sexta-feira (8) a abertura do 26º Encontro Regional do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas). O evento reuniu representantes de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. A pauta central é a defesa da aprovação da PEC do Suas no Senado e a construção de financiamento permanente para a assistência social no país.

O evento ocorre no Hotel Premium, no Jardim Nova Aparecida, e segue até sexta-feira, 8 de maio. As discussões tratam do futuro do Sistema Único de Assistência Social (Suas), especialmente da proposta que vincula recursos mínimos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios à manutenção de serviços continuados à população.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 383, conhe-

cida como “PEC do Suas”, foi o principal tema dos pronunciamentos. A Câmara dos Deputados aprovou a proposta em abril de 2026. O texto recebeu 464 votos favoráveis no primeiro turno e 444 no segundo. Agora, a proposta tramita no Senado Federal como PEC 7/2026.

Atualmente, o Suas é o único sistema da Seguridade Social brasileira sem vinculação orçamentária constitucional, diferentemente da saúde e da educação. A PEC busca corrigir essa lacuna e garantir, de forma progressiva, recursos permanentes para a assistência social. A proposta prevê a reserva de 1% da Receita Corrente Líquida (RCL) da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para o financiamento de ações e serviços do Suas. A RCL é uma referência usada no orçamento público. A aplicação será progressiva: 0,3% da RCL no primeiro ano

após a publicação da emenda, prevista para 2027, até chegar a 1% a partir do quarto ano. O impacto estimado nos quatro primeiros anos é de R\$ 36,3 bilhões.

Financiamento

Os recursos deverão financiar ações e serviços nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) e em outras unidades da rede socioassistencial. A proposta não inclui o Bolsa Família nem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) no cálculo das vinculações.

Na prática, esse financiamento pode dar mais estabilidade a serviços voltados a famílias em situação de vulnerabilidade, pessoas idosas, crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, população em situação de rua e vítimas de violações de direitos.



Campinas sediou abertura do Encontro Regional do Congemas

Vereadores pedem suspensão de cortes na Praça do Coco

Parlamentares de esquerda pedem que cortes de árvores do local sejam interrompidos

Por Moara Semeghini

A bancada de esquerda da Câmara Municipal de Campinas protocolou um ofício junto à Prefeitura solicitando a suspensão imediata de procedimentos de destoca e novas intervenções na Praça do Coco, em Barão Geraldo, após a remoção de árvores no local. O documento também anexa um laudo elaborado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comdema), produzido por especialistas da área ambiental.

O pedido foi assinado pelos vereadores Mariana Conti e Fernanda Souto (PSOL), Guida Calixto, Paolla Miguel e Wagner Romão (PT) e Gustavo Petta (PCdoB). Além da interrupção das intervenções, os parlamentares pedem a retirada de dois galhos remanescentes que apresentavam risco de queda.

Segundo a vereadora Mariana Conti, o laudo técnico apon-

ta que as árvores removidas não apresentavam danos que justificassem a supressão. “A Prefeitura não pode seguir com esse projeto de devastação ambiental desenfreado. O que aconteceu na Praça do Coco não foi um fato isolado”, afirmou. A vereadora Paolla Miguel ressaltou ainda os impactos culturais da retirada das árvores. “A Praça do Coco abriga uma feira tradicional e concentra ensaios e encontros de blocos de carnaval. Essas experiências de convivência ficam mais difíceis sem a arborização”, declarou.

Já Guida Calixto afirmou que a preservação das árvores é essencial para a qualidade de vida da população. “Não aceitaremos que destruam um patrimônio ambiental e afetivo da cidade sem diálogo com a comunidade”, disse.

Preservação

A mobilização ocorre após a divulgação de laudos inde-



Manifestantes reunidos em volta do que restou das árvores extraídas pela Prefeitura na praça

pendentes elaborados por engenheiros agrônomos, ambientais e florestais ligados à USP, Unesp, Unicamp e ao Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comdema), que apontam que as árvores removidas da Praça do Coco apresentavam condições de preservação e não precisariam ser suprimidas.

As árvores eram da espécie *Ficus benjamina*, popularmente conhecida como figueira-benjamins. Tinham cerca de 22 metros de altura e por volta de 50 anos.

Os especialistas também criticaram os documentos utilizados pela Prefeitura para justificar os cortes. Segundo o engenheiro florestal José Hamilton de Aguirre Júnior, membro técnico do Comdema e mestre em Arborização Urbana pela USP, os laudos apresentados pela administração municipal seriam superficiais e não atenderiam aos critérios técnicos mais aprofundados previstos pelas normas da Associação

Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

O laudo do Comdema destaca a relevância ambiental e social da arborização da praça, citando benefícios como sombreamento, redução da temperatura, melhoria da qualidade do ar e auxílio no escoamento da água das chuvas. De acordo com os pesquisadores, esses fatores contribuem diretamente para o conforto térmico e a convivência no espaço público.

Porém, conforme o **Correio da Manhã** divulgou em primeira mão, o professor Demóstenes Ferreira da Silva Filho, da Esalq-USP, autor do parecer técnico divulgado pela Prefeitura posteriormente aos cortes para justificar as extrações, afirmou que não houve vistoria no local nem avaliação direta das árvores cortadas e que sua análise foi feita apenas com base nos documentos já existentes e sem análise diretas às árvores. O documento final foi protocolado nesta quarta-feira

(5) na Prefeitura pelo engenheiro florestal José Hamilton de Aguirre Júnior, membro técnico do Comdema, mestre em Agronomia e Arborização Urbana pela USP.

O engenheiro protocolou o resultado final do laudo técnico elaborado em contraposição à documentação apresentada pela MB Engenharia (empresa terceirizada contratada pela Prefeitura). “Utilizamos equipamentos de análise interna da madeira, e os resultados indicam que as árvores tinham resistência estrutural para permanência no local”, afirmou. “Nós deixaremos registrado aqui na Prefeitura esse mau procedimento e tudo que está sendo reivindicado, que é a compensação ambiental. Para que isso não ocorra mais com a urbanização de Campinas”, declarou. O estudo utilizou duas metodologias com uso de equipamentos distintos, incluindo tecnologia nacional.

Funcionária de Hospital Mario Gatti, em Campinas, é presa por injúria racial

Fernanda Senega/Prefeitura de Campinas

Uma auxiliar de enfermagem da Unidade Pediátrica Hospital Mário Gattinho, em Campinas, foi presa em flagrante na manhã desta quinta-feira (7) suspeita de injúria racial contra uma colega de trabalho durante o expediente. Segundo o boletim de ocorrência, a servidora teria ofendido a vítima com expressões racistas dentro da unidade de saúde.

De acordo com a Prefeitura de Campinas, uma equipe da Guarda Municipal foi acionada por uma funcionária da unidade após o desentendimento entre as servidoras. No local, a denunciante confirmou as ofensas e a suspeita admitiu os fatos aos agentes.

Segundo o registro policial, a vítima, uma técnica de enfermagem de 27 anos, relatou que entrou na cozinha do hospital para

tomar café quando iniciou uma conversa com a suspeita, de 56 anos. Durante a discussão, teria sido chamada de “negra encardida e fedorenta”.

As duas servidoras foram encaminhadas à 1ª Delegacia Seccional de Campinas, onde o caso foi registrado como injúria racial. A Polícia Civil irá investigar as circunstâncias do crime.

Em nota, a Rede Mário Gatti informou que decidiu pelo afastamento imediato da servidora suspeita após o ocorrido. Também será instaurado processo ético e disciplinar, que poderá resultar na exoneração da funcionária, dependendo do resultado das investigações conduzidas pela Polícia Civil.

A Prefeitura informou ainda que a vítima receberá atendi-



Uma auxiliar de enfermagem foi presa em flagrante

to especializado por meio da rede municipal de acolhimento para casos de discriminação racial.

“A Prefeitura de Campinas repudia e não compactua com qualquer tipo de ato de discriminação”, informou a administração municipal, que destacou também destacou manter políticas públicas e canais voltados ao enfrentamento do racismo, tais como: Centro de Referência

em Direitos Humanos para Prevenção e Combate ao Racismo; Cotas Raciais em Concursos; Proerer e Pasmec; Observatório Mípid; Comitê Técnico da Saúde da População Negra; Guia de Terminologias; Adesão ao Sinapir; Plano Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Coordenadoria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial; Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra; Fundo Municipal de Valorização da Comunidade Negra; Desenvolvimento de Lideranças Negras; Calendário Oficial de Luta; Reconhecimento de datas importantes, como o Mês da Consciência Negra, Dia de Tereza de Benguela e o Dia Municipal de Combate à Intolerância Religiosa.

GRANDE CAMPINAS

Prefeitura de Itatiba



Espaço reformado conta com equipe multidisciplinar

Itatiba inaugura inédito Caps Infantojuvenil

A Prefeitura de Itatiba inaugurou na quarta-feira (6) o Caps IJ Dr. Antonio Fernando Ubinha, unidade inédita especializada em saúde mental para o público de 0 a 18 anos incompletos. Localizado no Jardim Tereza, o centro atenderá casos de depressão, ansiedade, automutilação e uso de substâncias. O espaço, que passou por reforma, conta com equipe multidisciplinar e salas de atendimento individual e em grupo. O serviço funcionará no modelo de porta aberta, com triagem para quem busca orientação ou possui encaminhamento. As atividades começam na segunda-feira (11), das 7h às 17h. O nome homenageia o pediatra Antonio Fernando Ubinha, servidor público falecido em 2025 que atuou por mais de 30 anos na cidade.

Coden terá reajuste salarial de 5%

Os funcionários da Coden, responsável pelos serviços de saneamento básico de Nova Odessa, terão um reajuste salarial de 5%. O reajuste consiste no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acumulado de abril de 2025 a março de 2026, que é de 4,14%, mais 0,86% de aumento real. Além do reajuste salarial, foram aprovadas propostas apresentadas pela Coden para benefícios, como a cesta básica, vale-alimentação e planos de saúde.

Divulgação



Obra era aguardada há 20 anos

Ciclovia Vale dos Vinhedos é inaugurada

No dia 9 de maio, será inaugurada a Ciclovia do Vale dos Vinhedos, obra aguardada há 20 anos. Com 4,4 km de extensão ao longo da RS-444, o trajeto liga a Vinícola Aurora à Linha 8 da Graciema. O projeto, idealizado pela Aprovale em 2005, recebeu R\$ 4,5 milhões em investimentos do Governo do Rio Grande do Sul e da Prefeitura de Bento Gonçalves. A infraestrutura inclui pista de 2,5 metros de largura, calçada, iluminação, paisagismo e sinalização, visando aumentar a segurança de moradores e qualificar o enoturismo na região.

Entrega incentiva turismo sustentável

A execução enfrentou desafios como readequações orçamentárias, impactos na rede de água e atrasos por enchentes. Segundo as informações, a Aprovale atuou na articulação entre o IPURB, do DAER e a Secretaria de Turismo estadual para viabilizar o projeto. A entidade destaca que a entrega incentiva o turismo sustentável e já planeja a ampliação do traçado original.

Prevenção

Santa Bárbara d'Oeste iniciou a "Operação São Paulo Sem Fogo" para prevenir incêndios até 30 de setembro. A ação monitora a baixa umidade e prevê alertas para frio intenso e raios UV. A Defesa Civil orienta o consumo consciente de água e cuidados com vegetação seca devido ao risco de queimadas na estiagem.

Uso irregular

A Guarda Municipal de Jaguariúna flagrou o uso irregular de eletricidade em uma obra na Roseira de Cima nesta quarta-feira (6). A energia vinha de um posto de saúde vizinho, ligado por extensões de 50 metros. Os equipamentos foram removidos pelos agentes após a constatação do suposto furto de energia.

Uso irregular II

Um representante da obra alegou que o uso ocorria há um mês sob autorização informal de um vigilante da unidade de saúde. Segundo ele, os trabalhadores desconheciam a ilegalidade, pois servidores teriam visto a ligação sem contestar. O caso segue sob investigação e o dono da obra será ouvido.

Skate Cross Nacional

Indaiatuba recebe, nos dias 16 e 17 de maio, o Campeonato Brasileiro e o Open Nacional de Skate Cross na pista do Parque Ecológico. O evento é seletivo para o World Skate Games 2026 e deve reunir 50 atletas das categorias Júnior e Sênior. Aberta a iniciantes e estrangeiros, a ação visa fortalecer a modalidade e incentivar o esporte local.

Família Acolhedora

Valinhos realiza, de 11 a 17 de maio, a 10ª Semana da Família Acolhedora. Com palestras, cinema e ações no Parque da Cidade, o evento gratuito busca sensibilizar a população e captar novos voluntários para o serviço de acolhimento temporário de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Rafaela Silva

Hortolândia recebe a campeã Rafaela Silva para o Desafio de Judô no dia 12 de maio, às 19h, no Centro de Lutas da Vila Real. O evento, com 200 atletas e 400 espectadores, destaca a trajetória da judoca ouro no Rio 2016. A prefeitura oferece judô e outras 24 modalidades grátis nas Escolinhas Esportivas.



Inauguração está prevista ainda para o mês de maio

Bem-estar: Hortolândia terá Jardim Terapêutico

Projeto foi concebido como um espaço para experiência sensorial

Da Redação

Jardim sensorial

De acordo com a administração municipal, o projeto foi concebido como um jardim sensorial, planejado para estimular os sentidos e promover a acessibilidade.

Hortolândia iniciou, nesta semana, o plantio das primeiras mudas do Jardim Terapêutico, localizado no terraço do Paço Municipal Palácio dos Migrantes "Prefeito Ângelo Augusto Perugini". O projeto conta com espécies como funcho, erva-doce, arnica e melissa, selecionadas para compor um ambiente voltado ao bem-estar dos funcionários públicos.

A inauguração oficial do espaço está prevista para ocorrer ainda neste mês de maio, integrando o calendário de comemorações dos 35 anos de emancipação política do município.

O Jardim Terapêutico é fruto de uma colaboração entre as secretarias de Meio Ambiente, Inclusão e Governo. A iniciativa visa oferecer um local de desconpressão para os servidores, aproveitando a incidência de luz solar direta no terraço para o cultivo de plantas medicinais.

A ação ocorre simultaneamente à abertura do espaço Reflorescer, sede de atendimento psicológico para o funcionalismo, reforçando as políticas municipais de saúde mental e qualidade de vida no ambiente de trabalho. Além do plantio, a prefeitura investiu na capacitação de jardineiros para a manutenção técnica e educativa do local, assegurando o caráter sustentável da intervenção.

Além das ervas medicinais, o espaço abriga árvores frutíferas, como um pé de mamão destinado à alimentação da fauna local, incentivando a contemplação da natureza. O prefeito José Nazareno Zezé Gomes destacou que o ambiente busca transformar a relação dos servidores com o local de trabalho, criando uma atmosfera de acolhimento e conexão ambiental.

Práticas

A proposta do jardim também envolve a conscientização sobre o uso de alternativas naturais para o cuidado com a saúde. A secretária de Governo, Ieda Manzano, explicou que o contato com o manejo das plantas atua como uma prática complementar de cuidado, visando a redução da automedicação por meio da educação ambiental orientada.

O espaço servirá como um ponto de pausa e convivência qualificada durante a rotina administrativa. Segundo as informações, em uma etapa futura, está previsto que os servidores possam retirar mudas e partes das plantas cultivadas para uso doméstico, estendendo os benefícios da ação para fora do Paço Municipal.

Jaguariúna recebe evento voltado a pequenas empresas

Conecta Turismo busca evidenciar relevância do setor na região

Divulgação

O município de Jaguariúna sediará, no dia 11 de maio, o evento Conecta Turismo, uma iniciativa voltada para micro e pequenas empresas (MPEs) que operam em diferentes frentes econômicas, como comércio, indústria, agronegócio e prestação de serviços.

Relevância

A finalidade central do Conecta Turismo é evidenciar a relevância do setor turístico para o avanço regional. O evento busca estabelecer uma rede de contatos entre empreendedores locais, consolidando o ecossistema turístico e oferecendo suporte para que pequenos negócios, vinculados direta ou indiretamente ao setor, possam expandir suas operações.

A iniciativa faz parte de um cronograma regional que percorrerá outras estâncias do Circuito das Águas Paulista, a exemplo de Amparo e Socorro, durante o mês de maio.

De acordo com a consultoria de negócios do Sebrae-SP, a proposta foca na criação de um ambiente propício para a troca de conhecimentos e para o estímulo à inovação por meio de parcerias colaborativas entre diversos segmentos produtivos.

IA na gestão

Um dos pilares temáticos do encontro será a aplicação da inteligência artificial (IA) no coti-



Valorização do turismo é defendida como um investimento estratégico na economia

diano empresarial. O conteúdo programático prevê discussões sobre como essas ferramentas tecnológicas podem ser empregadas para elevar os níveis de produtividade e modernizar a gestão dos negócios.

No contexto do turismo, que se configura como uma fonte de receita significativa para a região, a adoção da tecnologia é apresentada como um diferencial competitivo para agilizar processos e atualizar os modelos de atendimento e operação das empresas locais.

Economia

A valorização do turismo é

defendida pelas entidades organizadoras como um investimento estratégico na economia de Jaguariúna. O setor é apontado como um vetor para a geração de postos de trabalho e para o reconhecimento das potencialidades do município. Conforme a presidência da Comercial e Industrial de Jaguariúna (ACIJ), a movimentação turística transcende o entretenimento, gerando impactos positivos diretos no faturamento do comércio e na demanda por serviços.

Crescimento

O Conecta Turismo prioriza o desenvolvimento sustentável

das pequenas empresas e a melhoria da experiência entregue aos turistas que visitam a região.

Ao incentivar a colaboração mútua, o programa espera que os benefícios econômicos resultantes do fortalecimento do turismo sejam distribuídos por toda a cadeia produtiva da cidade.

O evento será realizado na sede da ACIJ, consolidando o compromisso das instituições envolvidas com a qualificação do empresariado local e a promoção de Jaguariúna como um polo de inovação e desenvolvimento dentro do Circuito das Águas Paulista.

Acia e Acisb detalham o 'Desenrola' a endividados

O programa Desenrola Brasil, iniciativa do Governo Federal para renegociação de débitos, apresenta-se como uma oportunidade para 72.326 consumidores inadimplentes nas cidades de Americana e Santa Bárbara d'Oeste.

O levantamento, realizado pela Acia (Associação Comercial e Industrial de Americana) e pela Acisb (Associação Comercial e Industrial de Santa Bárbara) com dados do SCPC, aponta que o montante total das dívidas acumuladas nos dois municípios atinge a marca de R\$ 73,2 milhões.

Panorama

Em Americana, o contingente de negativados soma 15.127 pessoas, o que equivale a 6,3% de sua população de 237.240 habitantes. O valor total devido na cidade é de R\$ 27,1 milhões.

De acordo com as informações, o perfil do endividamento local mostra que 11.132 cidadãos possuem apenas uma pendência financeira, 2.971 acumulam entre duas e cinco dívidas e 1.024 registram mais de cinco débitos.

Santa Bárbara d'Oeste apresenta um cenário proporcionalmente mais crítico, com 31% dos seus 183.347 moradores estão inadimplentes. São 57.199 pessoas com restrições de crédito, totalizando um montante de R\$ 46,1 milhões em dívidas. Para este município, as associações não detalharam o número de débitos por consumidor.

Regras de adesão

O público-alvo do Desenrola Brasil são indivíduos com renda mensal de até cinco salários mínimos. O programa abrange dívidas contraídas até o dia 31 de janeiro de 2026, desde que o atraso no pagamento esteja compreendido entre o intervalo de 90 dias e dois anos.

As condições de negociação oferecem descontos de até 90%, taxas de juros limitadas a 1,99% ao mês e a possibilidade de parcelamento em até 48 vezes. Um diferencial desta edição é a permissão para utilizar o saldo do FGTS na quitação ou abatimento dos valores, respeitando o limite de 20% do saldo ou R\$ 1 mil (prevalecendo o maior valor).

Câmara de Americana mantém veto a ampliação da proibição de fogos

Pexels

O Legislativo de Americana manteve o veto aplicado pela prefeitura ao projeto de lei que buscava endurecer as normas contra fogos de artifício com estampido. A proposta, elaborada pelos vereadores Roberta Lima (PR) e Marcos Caetano (PL), pretendia expandir a legislação atual, que já veta a soltura desses materiais, para também impedir a venda, o transporte e o estoque no município.

Base legal do veto

A justificativa para a rejeição da proposta fundamentou-se em questões de constitucionalidade. O Poder Executivo argumentou que a prefeitura não possui competência jurídica para legislar sobre direito comercial, atribuição que a Constituição Federal reserva exclusivamente à União. Dessa



Proposta pretendia impedir a venda, o transporte e o estoque

forma, a regulamentação do comércio de produtos não poderia ser alterada por uma lei municipal. O governo local também baseou sua decisão em normas federais que autorizam a comercialização desses itens em todo o país e em ju-

risprudências do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP).

Vigência da lei atual

Com a manutenção do veto pelos parlamentares, as regras de Americana permanecem inaltera-

das, seguindo as diretrizes da Lei 6.547/2021. Atualmente, a proibição no município restringe-se apenas ao ato de utilizar e soltar artefatos pirotécnicos que produzam estampidos e efeitos sonoros ruidosos, sem interferir na circulação mercantil desses produtos.

Parlamentares

Durante os debates, vereadores como Professora Juliana (PT) e o coautor Marcos Caetano reforçaram que, embora o veto tenha sido aceito por questões técnicas, a pauta ambiental e de saúde pública continua sob vigilância. O Legislativo destacou que manterá a fiscalização rigorosa sobre o uso ilegal dos fogos, especialmente em datas festivas, buscando novos caminhos jurídicos para ampliar a proteção da população local.

CORREIO DAS REGIÕES

Rogério Capela



Operação surpresa mobiliza 380 auditores

TCESP fiscaliza unidades de saúde em 300 municípios

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) deflagrou nessa quinta-feira (7) uma operação surpresa para fiscalizar farmácias e unidades de saúde em 300 municípios paulistas simultaneamente. Cerca de 380 auditores atuam ao longo do dia verificando condições de armazenamento, controle de estoque, validade de medicamentos, higiene e presença de farmacêuticos habilitados durante o funcionamento. A ação conta com apoio do Conselho Regional de Farmácia (CRF-SP) e contempla quase metade dos municípios do estado. Entre problemas já registrados em edições anteriores estão remédios guardados em caixas de papelão, mofo e infiltrações. Esta é a 55ª fiscalização ordenada do TCESP desde 2016.

Acidente com ônibus da Hyundai

Colisão entre ônibus fretado da Hyundai e um caminhão carregado de cana deixou cinco feridos na madrugada de quarta-feira (6), em Piracicaba (SP). Segundo advogada especialista, os trabalhadores têm direito a indenização por danos morais, já que o caso se enquadra como acidente de percurso. Quem ficar afastado por mais de 15 dias garante estabilidade no emprego por 12 meses. Em casos de sequelas permanentes, é possível pleitear também pensão vitalícia.

Prefeitura Universitária de Limeira



Paralisação reúne cerca de 3 mil estudantes

Unicamp de Limeira aprova greve

Cerca de 3 mil estudantes da Unicamp no campus de Limeira (SP) aprovaram greve geral em assembleia realizada nesta semana. A paralisação, organizada por entidades acadêmicas das faculdades FCA e FT, seguirá até que haja avanços concretos nas negociações com a reitoria. A principal reivindicação é a criação de moradia estudantil no campus. Os universitários também exigem bolsas de permanência, implantação do serviço SAVES, espaços para centros acadêmicos, melhorias no transporte, acesso à saúde mental e fim da terceirização de serviços.

Diocese afasta padre condenado

A Diocese de Amparo (SP) suspendeu temporariamente o padre Sidney Wilson Basaglia após ele ser condenado a seis anos de prisão, em regime semiaberto, por violação sexual mediante fraude contra um adolescente de 14 anos que era coroinha em Serra Negra (SP). Os abusos teriam ocorrido entre 2014 e 2016. O afastamento visa permitir que o sacerdote se dedique à defesa. A defesa nega o crime.

Novo ambulatório

O governador Tarcísio de Freitas inaugurou nessa quinta-feira (7) um Ambulatório Médico de Especialidades em Jaboticabal (SP). A unidade conta com 70 salas, mais de 50 profissionais e oferece atendimento em nove especialidades, como cardiologia, ortopedia e oftalmologia, além de exames e pequenas cirurgias.

Museu das Asas

O Museu Asas de um Sonho, em Itu (SP), incorpora ao acervo três aeronaves históricas neste mês: um Xavante, um Paulistinha e um Hawker Siddeley HS-125, transportados de São Carlos (SP). Os modelos ficarão expostos no novo Hangar Comandante João Francisco Amaral, dentro do Centro Cultural Fábrica São Pedro.

Quilos de fiação

Em Limeira (SP), um morador em situação de rua foi detido após subtrair cerca de 10 quilos de fios elétricos do prédio desativado do Hospital Beneficência Limeirense, no Bairro Boa Vista, nesta quarta-feira (6). Ele foi abordado pela Guarda Municipal ainda com os materiais e confessou o crime.

Festa italiana

A tradicional Festa Italiana de Jundiá (SP) acontece entre maio e junho de 2026. O evento começa com jantar especial no Salão Paroquial no dia 16 de maio, com pratos típicos e shows musicais. Nos fins de semana de 23 de maio a 14 de junho, a celebração ocupa a Praça José Orlandi com gastronomia italiana e apresentações ao vivo.

Corpo em lago

Frequentadores do Parque Maria Angélica, em São Pedro (SP), depararam com um corpo no lago da área de lazer do espaço nessa quinta-feira (7). A vítima é um homem com cerca de 60 anos. Bombeiros e autoridades foram acionados pelos visitantes. A perícia investiga as circunstâncias da morte.

Lixo continua

Mais de um ano após ser multada pela Cetesb, a prefeitura de Iracemápolis (SP) ainda não resolveu o problema do único ecoponto da cidade, que segue acumulando lixo. A gestão municipal contratou empresa especializada, removeu 8,5 mil toneladas e aplica multas por descartes irregulares, mas admite que o problema persiste.



Vereadores analisam documentos e discutem regras da CPI

CPI investiga aplicação de R\$ 93 mi no Banco Master

A Câmara de São Roque realizou a segunda reunião da CPI

Da Redação

A Câmara Municipal de São Roque (SP) realizou na quarta-feira (6) a segunda reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) aberta para investigar a aplicação de recursos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais, o São Roque Prev no Banco Master. Na sessão, os vereadores debateram o regramento interno da comissão e receberam o inquérito civil do Ministério Público, com mais de 770 páginas que serão analisadas junto a comprovantes de transações bancárias.

A CPI

A CPI foi criada após requerimento apresentado em 10 de abril, com cinco votos favoráveis. A iniciativa partiu da oposição, embora a comissão seja formada majoritariamente por parlamentares da base do governo, que inicialmente eram contrários à abertura do processo. “Essa CPI é determinada pelo regimento interno da Casa, que determina que os maiores partidos compo- nam. Foi respeitado isso”, afirmou Mateus Taraborelli (PSD), presidente da comissão.

Documentos apontam que, em seis meses, o Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais (São Roque Prev) adquiriu mais de R\$ 93 milhões em letras financeiras do Banco Master, valor equivalente a 18%

da carteira de investimentos, próximo ao limite de 20% fixado pelo Conselho Monetário Nacional. A instituição bancária entrou em liquidação extrajudicial em novembro do ano passado após intervenção do Banco Central. O dono, Daniel Vorcaro, foi preso.

Entre os pontos mais graves investigados está a existência de duas versões da ata nº 2 de 2024 do Comitê de Investimentos, com conclusões opostas sobre o risco do Banco Master.

A CPI também apurará investimentos no Fundo de Investimento Imobiliário Nest Eagle (EAGL11), a atuação da empresa Crédito e Mercado Gestão de Valores Mobiliários contratada para gerir investimentos, além de irregularidades apontadas pelo sistema federal Cadprev, do Ministério da Previdência Social. Registros indicam operações em que aplicação e resgate ocorreram no mesmo dia e pelo mesmo valor, com movimentação bruta de R\$ 446 milhões em agosto de 2024.

Próximos passos

Os vereadores avaliam convocar o prefeito Guto Issa (PSD) para depor, mas ele não se manifestou sobre o assunto. O São Roque Prev informou que colaborará com a comissão e que seu presidente, Bruno Caparelli, comparecerá se chamado. Já o ex-presidente da instituição, Vanderlei Massarioli, não foi localizado para comentar.

CORREIO PAULISTA

Divulgação/Governo de SP



Projeto também altera início da licença para mães

SP envia à Alesp projeto que amplia licença-paternidade

O Governo de São Paulo enviou à Assembleia Legislativa (Alesp) um projeto de lei que amplia de 5 para 20 dias a licença-paternidade de servidores estaduais. A proposta visa atualizar a política de apoio à primeira infância e às famílias, além de oferecer tratamento igualitário em casos de adoção. A medida também aperfeiçoa a licença-maternidade, que passará a iniciar após a alta hospitalar da mãe ou do bebê, garantindo que nenhum dia seja perdido em internações prolongadas. Para adoções, o outro cônjuge ou companheiro terá direito a 20 dias de afastamento. O projeto foi enviado nesta terça-feira (5) com pedido de tramitação em regime de urgência, segundo o governo estadual.

Procon encontra falhas em pet shops

Equipes do Procon de São Paulo vistoriaram 309 estabelecimentos que comercializam produtos e serviços para animais em 23 municípios paulistas e encontraram irregularidades em 149 (48,2%). Na capital, foram 158 fiscalizados, com 51 irregularidades (32,27%). Nas demais cidades, 151 foram visitados e 98 apresentaram problemas (64,90%), sobretudo falta de preço, validade e rotulagem, incluindo itens vencidos.

Divulgação/Governo de SP



Governo incentiva programas de empreendedorismo

SP abre 127 mil empresas no 1º trimestre

O Estado de São Paulo encerrou o primeiro trimestre de 2026 com mais de 127 mil empresas abertas, o melhor resultado da série histórica da Junta Comercial do Estado de São Paulo. O desempenho é impulsionado pelo mês de março, que registrou 49.794 novas empresas, o maior volume mensal em 28 anos. Em comparação a 2025, o crescimento foi de 21% no período e de 53,3% em relação a 2024. Segundo o IBGE, o volume de serviços no país cresceu cerca de 2,4% em 2025, contribuindo para o ambiente de negócios.

Noad atua contra crime digital infantil

O Núcleo de Observação e Análise Digital (Noad) da Secretaria de Segurança de SP retirou do ar mais de 90 perfis que compartilhavam vídeos do estupro coletivo de dois menores na zona leste, em 21/4. A prática é crime, punida com reclusão de 1 a 4 anos e multa. O Noad e o 63º DP seguem investigando autores e compartilhamentos. O The National Center for Missing and Exploited Children auxiliou na exclusão.

Assembleia debate

Parlamentares da Assembleia Legislativa de SP discutiram na 55ª Sessão Ordinária temas como a reforma administrativa na educação, privatizações no Grande ABC, violência policial e falta de fardamento. Deputados também celebraram a inauguração do Parque do Rio Bixiga, no centro da capital.

Nova ressonância

O Complexo Hospitalar Padre Bento, em Guarulhos, recebe novo equipamento de ressonância magnética, reforçando diagnósticos de alta complexidade. O investimento total é de R\$ 8 milhões, com recursos do Estado. O deputado Jorge Wilson destacou que a medida amplia o atendimento e integra avanços como mais leitos.

Pesquisa ameaçada

A Assembleia Legislativa de SP debateu o Decreto 70.410/2026, que extingue 67 mil cargos na administração estadual, incluindo 5.280 ligados a institutos de pesquisa. Parlamentares e especialistas alertaram para riscos à ciência, tecnologia e serviços essenciais, e estudam medidas jurídicas contra a extinção de cargos ocupados.

Democracia e TI

O Instituto do Legislativo Paulista promoveu aula sobre tecnologias de informação e democracia. Especialistas abordaram impactos de redes sociais e inteligência artificial, destacando desinformação, deepfakes e polarização política. O curso busca analisar fundamentos democráticos e desafios contemporâneos, com foco em transparência.

Hipertensão

A Assembleia Legislativa de SP promoveu debate sobre hipertensão pulmonar, doença rara que afeta 15 a 26 pessoas a cada 100 mil habitantes. Especialistas e pacientes pediram diagnóstico precoce, acesso a medicamentos pelo SUS e políticas públicas eficazes. Parlamentares prometeram encaminhar propostas legislativas.

Homenagem AACD

A Alesp realiza hoje sessão solene em homenagem à AACD, instituição de referência em reabilitação e inclusão de pessoas com deficiência. A cerimônia, presidida pela deputada Solange Freitas, inclui a entrega do Colar de Honra ao Mérito e reconhece 75 anos de atendimentos e contribuições à saúde e à inclusão social.



Os locais receberam sinalização com bandeira vermelha

Litoral paulista tem 35 praias impróprias para banho

O monitoramento da Cetesb alerta banhistas sobre riscos à saúde

Da Redação

O litoral de São Paulo registra, nesta semana, 35 praias consideradas impróprias para banho, de acordo com o relatório atualizado nesta quinta-feira (7) pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb). O balanço é divulgado semanalmente, e a próxima atualização está prevista para 14 de maio.

A Cetesb realiza monitoramento contínuo da balneabilidade das praias, com base na presença de bactérias na água. Segundo o órgão, quando são identificadas mais de 100 colônias bacterianas a cada 100 milímetros de água, o local é classificado como impróprio para banho. Nessas situações, as praias recebem sinalização com bandeira vermelha, alertando os frequentadores sobre os riscos à saúde.

O órgão recomenda que banhistas evitem o contato com a água nas praias sinalizadas, pois a exposição pode causar doenças, incluindo infecções gastrointestinais, de pele e oculares. O monitoramento da qualidade da água é parte das ações de prevenção de saúde pública realizadas pelo governo estadual.

De acordo com o levantamento, Cubatão, Ilha Comprida e Iguape têm todas as praias próprias para banho, sem restrições. Em outros municípios, algumas praias apresentam condições desfavoráveis:

Em Ubatuba, o Rio Itamambuca e a praia de Itaguá estão sinalizados; em Caraguatatuba, a Prainha é considerada imprópria; em São Sebastião, a Praia de São Francisco apresenta restrições; em Ilhabela, a Praia do Julião não é indicada para banho.

Bertioga registra bandeira vermelha nas praias de São Lourenço e Enseada. No Guarujá, apenas o Perequê está impróprio. Itanhaém possui restrições nas praias Balneário Jardim Regina e Balneário Gaivota. Mongaguá apresenta limitações nas praias Central, Itaóca, Agenor de Campos e Florida Mirim.

Peruíbe tem quatro praias impróprias: Icaraíba, Parque Turístico, Balneário São João Batista e Centro. Praia Grande apresenta problemas em sete trechos: Guilhermina, Aviação, Vila Tupi, Ocian, Maracanã, Vila Caiçara e Jardim Solemar. Em São Vicente, as praias Milionários, Gonzaguinha e Prainha estão sinalizadas. Santos tem restrições na Ponta da Praia, Aparecida, Embaré, Boqueirão, Pompeia e José Menino.

O monitoramento semanal é realizado por meio da coleta e análise de amostras de água, garantindo informações confiáveis à população sobre a segurança para atividades de lazer e turismo. A Cetesb reforça a importância de respeitar a sinalização, especialmente em períodos de maior fluxo de banhistas, prevenindo riscos à saúde pública.

Direita tem divergência sobre disputa ao Senado em SP

Deputado Ricardo Salles rejeita retirar pré-candidatura ao cargo e critica André do Prado

Renato Araújo/Câmara dos Deputados

A disputa por espaço na corrida ao Senado em São Paulo abriu um novo embate entre lideranças da direita paulista e aliados da família Bolsonaro. O deputado federal Ricardo Salles (Novo) afirmou nesta quarta-feira (6) que manterá sua pré-candidatura ao Senado Federal e rejeitou a possibilidade de abrir mão da disputa em favor do presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), deputado estadual André do Prado (PL).

Prado foi escolhido pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) como um dos nomes apoiados pelo grupo político para a eleição de 2026. O outro pré-candidato já definido pela direita é o deputado federal Guilherme Derrite (PP-SP), atual secretário estadual da Segurança Pública.

Durante transmissão ao vivo nas redes sociais, Salles afirmou que não considera André do Prado um representante legítimo da direita e associou o parlamentar ao chamado Centrão. Segundo o deputado do Novo, o presidente da Alesp não possui histórico político alinhado ao campo ideológico conservador. Salles reagiu às declarações de Eduardo Bolsonaro, que havia afirmado que a divisão de candidaturas poderia favorecer nomes ligados à esquerda



Salles afirmou que não considera André do Prado um representante legítimo da direita

e comprometer a conquista das duas vagas paulistas no Senado. Para o parlamentar do Novo, o risco eleitoral estaria justamente na indicação de um candidato que, segundo ele, mantém proximidade política com partidos de centro e de esquerda.

Na avaliação de Salles, André do Prado construiu alianças políticas na Assembleia Legisla-

tiva com apoio de deputados do PT e de outras legendas fora do espectro conservador. O deputado federal também afirmou que o Centrão representa um modelo político baseado em negociações por cargos, verbas e emendas parlamentares.

O parlamentar declarou ainda que aceitaria retirar sua candidatura apenas em um cenário

específico: a substituição de André do Prado pelo vice-prefeito da capital paulista, coronel Ricardo Mello Araújo (PL). Segundo Salles, a composição ideal da direita para o Senado deveria reunir apenas Guilherme Derrite e Mello Araújo.

Ao reforçar sua intenção de permanecer na disputa, Salles afirmou possuir trajetória de

mais de duas décadas ligada à militância de direita e voltou a criticar setores que considera distantes do núcleo ideológico bolsonarista. Ele também negou que sua postura represente falta de alinhamento político com o grupo liderado pela família Bolsonaro.

O Correio da Manhã procurou o deputado estadual André do Prado para comentar as declarações de Salles, mas não havia recebido retorno até a última atualização desta reportagem.

Enquanto a direita enfrenta divergências internas sobre a formação da chapa ao Senado, partidos ligados ao ex-ministro Fernando Haddad (PT), pré-candidato ao governo paulista, discutem os nomes que devem compor a aliança de esquerda na disputa de 2026.

A ex-ministra Simone Tebet, atualmente filiada ao PSB, já foi anunciada como pré-candidata ao Senado. A segunda vaga da chapa ainda está em negociação entre lideranças da federação e pode ser ocupada pela ex-ministra Marina Silva (Rede) ou pelo ex-governador Márcio França (PSB). Levantamentos recentes de intenção de voto indicam que os nomes de Simone Tebet, Marina Silva, Márcio França e Guilherme Derrite aparecem entre os mais competitivos na disputa pelas vagas ao Senado por São Paulo.

Operação Intruder investiga invasão a sistemas

Divulgação/Governo de SP

A Corregedoria da Polícia Civil e a Controladoria Geral do Estado de São Paulo deflagraram, nesta quinta-feira (7), a Operação Intruder, com o objetivo de apurar acessos não autorizados a sistemas informatizados de órgãos públicos estaduais. A ação envolve o cumprimento de mandados de busca e apreensão em um data center localizado em Belo Horizonte e no endereço de um suspeito em Belmiro Braga, ambas cidades em Minas Gerais, com apoio das polícias civis locais.

Segundo a Corregedoria, a investigação teve início a partir de informações técnicas que indicaram a extração, manutenção e possível comercialização de dados institucionais por um profissional de tecnologia da informação. O suspeito estaria negociando informações em



Investigação teve início a partir de informações técnicas

fóruns clandestinos da internet voltados a crimes digitais.

Equipes especializadas da Polícia Civil identificaram que o investigado utilizava softwares maliciosos (malware) e permutas de acessos ilícitos conhecidas como "shells" para invadir sistemas públicos. "Com base nos

dados apresentados pela Corregedoria, o Poder Judiciário expediu mandados de busca e apreensão, afastamento de sigilo de dados telemáticos e telefônicos, além de outras medidas previstas na legislação processual penal", informou o corregedor-geral da Polícia Civil, delegado

João Batista Beolchi.

Além das diligências, a Polícia Civil solicitou medidas cautelares para impedir novos acessos indevidos aos sistemas e garantir o andamento das investigações. A Justiça determinou monitoramento eletrônico, recolhimento domiciliar noturno,

retenção do passaporte, suspensão da Carteira Nacional de Habilitação e proibição do uso de equipamentos com acesso à internet sem autorização judicial.

Segundo Beolchi, a atuação conjunta da Polícia Civil e da Controladoria tem como finalidade potencializar a análise técnica especializada, considerando que os dados envolvidos incluem informações funcionais. O compartilhamento qualificado de informações busca reduzir riscos à integridade de sistemas e dados públicos.

A Corregedoria reforça que qualquer pessoa pode denunciar atos ilícitos relacionados a esta operação ou a outras irregularidades por meio da plataforma Fala.SP (<https://fala.sp.gov.br/sp>), pelo Disque Denúncia 181 ou via Web denúncia (<https://www.webdenuncia.sp.gov.br/cidadao/denuncie>).

CORREIO PAULISTANO

Rovena Rosa/Agência Brasil



Decisão foi aprovada por unanimidade após auditoria

TCM dá 30 dias para Nunes apresentar plano para EJA

O Tribunal de Contas do Município determinou que a gestão do prefeito Ricardo Nunes apresente, em até 30 dias, um plano para enfrentar a redução das matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede municipal. A decisão foi aprovada por unanimidade após auditoria apontar falhas na oferta da modalidade. O levantamento mostra que a capital reduziu em mais da metade o número de estudantes na EJA em dez anos. Em 2024, cerca de 23 mil alunos estavam inscritos, o menor número desde 2007. Em 2014, eram mais de 53 mil. O TCM avaliou que a queda é maior do que a registrada no resto do país e que SP atende apenas uma pequena parcela da população adulta que não concluiu a educação básica.

Aumento do analfabetismo

A auditoria identificou problemas como fechamento de turmas e concentração da oferta em poucas escolas, além de precariedade em algumas unidades e falhas no acompanhamento da evasão escolar. Dados indicam aumento do analfabetismo na Grande SP entre 2016 e 2023. A Secretaria de Educação afirmou que não há falta de vagas e disse que as matrículas permanecem abertas durante todo o ano e que pretende ampliar ações.

Rubens Cavallari/Folhapress



Fachada do MP-SP no bairro da Sé, região central de SP

Dirigente da UPBus é preso

A Justiça de São Paulo decretou novamente a prisão de dirigentes da empresa de ônibus UPBus após recurso apresentado pelo Ministério Público de São Paulo. A decisão atinge Ubiratan Antonio da Cunha, presidente afastado da companhia, e Alexandre Salles Brito, conhecido como Buiú. Segundo o Ministério Público, os investigados descumpriram medidas cautelares impostas anteriormente pela Justiça. Entre as restrições estavam a proibição de frequentar dependências da empresa e manter contato com outros investigados ligados ao caso.

Restrições determinadas

As apurações fazem parte da Operação Fim da Linha, que investiga suposto uso de empresas de transporte coletivo para lavagem de dinheiro do crime organizado. De acordo com o MP, mesmo afastados das funções, os dirigentes continuaram participando de decisões e reuniões ligadas à administração da UPBus, que está sob intervenção desde o início das investigações.

Theatro I

Começou nesta quarta-feira (6) a 15ª Semana Municipal de Incentivo e Orientação ao Estudo e a Leitura. A abertura aconteceu no Theatro Municipal de São Paulo e reuniu mais de mil alunos da rede pública de ensino. A semana conta com diversos eventos culturais espalhados pela cidade de São Paulo.

Theatro II

O objetivo é ampliar o acesso à leitura. A iniciativa tem o apoio das secretarias municipais da Cultura e Economia Criativa, Educação e da Pessoa com Deficiência e foi instituída no calendário de eventos oficial da cidade de São Paulo por meio da Lei nº 14.999/2009 do vereador Eliseu Gabriel (PSB).

Inovação I

A reunião da Comissão Extraordinária de Inovação, Tecnologia e Cidade Inteligente, da Câmara Municipal de São Paulo, desta quinta-feira (7), foi marcada pela eleição da vice-presidente do colegiado para os trabalhos em 2026. A vereadora Edir Sales (PSD) foi a escolhida pelos parlamentares da Comissão.

Inovação II

O encontro também contou com a aprovação de requerimentos e a participação de Rodrigo Ashiuchi, ex-secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Edir Sales comentou que vai trabalhar para o desenvolvimento tecnológico da cidade de SP. E Rodrigo Ashiuchi apresentou aos vereadores o trabalho realizado na sua gestão.

Calçadas I

Os vereadores que integram a Subcomissão de Calçadas e Mobilidade a Pé ouviram representantes da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e da Siurb (Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras). Uma das convidadas foi Priscilla Martins Cerqueira, dir. de Arborização da Sec. do Verde.

Calçada II

Priscilla apresentou ações desenvolvidas pela pasta e destacou o PPCA (Projeto Piloto de Arborização de Calçadas). A iniciativa é de 2017 e, atualmente, está na quinta fase de execução. A Secretária diz que o programa amplia a cobertura vegetal da cidade por meio de metodologias participativas de plantio.



Vereadores questionaram o andamento das obras na região

CPI ouve subprefeito sobre enchentes

Comissão apura ações públicas no Jardim Pantanal

Da Redação

A CPI do Jardim Pantanal, instalada na Câmara Municipal de São Paulo para investigar as causas das enchentes recorrentes no bairro e em outros locais da zona leste, ouviu nesta semana o subprefeito de São Miguel Paulista, Divaldo Rosa. Durante a reunião na Câmara, os vereadores questionaram medidas adotadas pela administração municipal para reduzir os impactos das cheias e melhorar a infraestrutura da região.

Trabalhos de apuração

O colegiado concentra os trabalhos na apuração de problemas históricos relacionados a alagamentos, ocupação urbana e drenagem no extremo leste da capital paulista. A comissão também discute projetos em andamento e possíveis intervenções para minimizar os transtornos enfrentados pelos moradores do bairro durante os períodos de chuva intensa.

Na audiência, o subprefeito apresentou informações sobre ações executadas pela Prefeitura, incluindo serviços de zeladoria, limpeza de córregos e iniciativas ligadas ao chamado Projeto Recupera Pantanal. Segundo ele, o programa envolve obras de infraestrutura, intervenções urbanas e medidas voltadas ao reassentamento de famílias que vivem em áreas

sujeitas a enchentes frequentes.

Os vereadores questionaram o andamento das obras previstas para a região, os impactos das ocupações irregulares próximas ao Rio Tietê e a articulação entre diferentes órgãos municipais e estaduais. Também foram debatidos os desafios relacionados à drenagem urbana, ao sistema de esgoto e ao descarte irregular de resíduos em áreas de risco da região.

Falhas administrativas

Parlamentares da Comissão de Inquérito afirmaram que a comissão busca identificar falhas estruturais e administrativas que contribuam para os alagamentos registrados ao longo das últimas décadas.

A intenção dos trabalhos é reunir informações técnicas e ouvir representantes do poder público, especialistas e moradores para elaborar propostas de solução para a região.

Reuniões periódicas

A CPI do Jardim Pantanal foi criada no ano passado (2025) com a finalidade de investigar as frequentes enchentes, alagamentos e inundações no Jardim Pantanal e em bairros vizinhos. O grupo realiza reuniões periódicas e já ouviu representantes da Sabesp, Defesa Civil, Cetesb e especialistas em monitoramento climático e infraestrutura urbana.

CORREIO GRANDE SP

Karina Yamada/Câmara Municipal de Guarulhos



Uma das propostas segue para sanção do Executivo

Vereadores aprovam quatro Projetos de Lei em Guarulhos

Os vereadores da Câmara de Guarulhos, durante Sessão Ordinária, aprovaram quatro projetos de lei de autoria parlamentar. O único projeto em segundo turno de votação foi o PL 533/2025, da vereadora Karina Soltur (PSD), que cria, no calendário oficial do município, o Dia do Mérito Esportivo Associação Guarulhense de Kickboxing. Esta propositura segue para sanção do Poder Executivo. Os outros projetos seguem em primeira discussão e retornam para a próxima sessão. O PL 7470/2026, de Weliton Bezerra (PRTB), cria o Dia do Vôlei Amador Guarulhos. Já o PL 231/2026, de autoria de Rafael Acosta e Adalmir Abreu (ambos do PSB), estabelece o dia 12 de maio como o Dia de Nossa Senhora do Rosário de Fátima.

Requerimentos de Informação

Já o Projeto de Lei 467/2026, de Marcelo Seminaldo (PT), inclui o evento "Mate sua fome de samba e alimente uma criança" no calendário municipal. No Grande Expediente, oito requerimentos de informação ao Executivo foram deliberados com parecer favorável. Ao todo, 231 itens foram relacionados, entre os temas vagas em creches, descarte irregular de resíduos sólidos, estado de conservação de centros culturais e temas sobre o esporte.

Divulgação/Prefeitura de Cotia



O investimento foi confirmado durante evento

R\$ 18 milhões para as Vias de Suzano

O prefeito de Suzano, Pedro Ishi, participou da celebração de um ano do programa "São Paulo Pra Toda Obra", evento promovido pelo Governo do Estado no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo. A cidade foi contemplada com um investimento de R\$ 18 milhões que serão destinados à manutenção de estradas vicinais. O anúncio do investimento foi feito durante o evento, pelo governador Tarcísio de Freitas. A iniciativa tem como objetivo trazer melhorias na mobilidade, no fortalecimento da logística e na ampliação da segurança nas vias.

Manutenção das estradas vicinais

Suzano, aplicará os recursos na recuperação e conservação das estradas vicinais, que são importantes para o deslocamento da população, o acesso a serviços e o escoamento da produção local. O governo estadual, além dos recursos, também entrega nesta sexta-feira (8) a Faculdade de Tecnologia (Fatec) de Suzano e o centro de hemodiálise no Hospital Regional do Alto Tietê (HRAT).

Santo André I

Santo André teve o maior saldo de empregos formais do ABC em março, segundo levantamento do Novo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. A cidade encerrou março de 2026 com saldo positivo de 1.904 novas vagas de trabalho.

Santo André II

O setor de serviços liderou as contratações, com saldo de 1.371 vagas. O comércio registrou saldo positivo de 156 empregos e a construção civil gerou 357 novas vagas. Já a indústria teve saldo positivo de 19 empregos. O estoque de empregos formais nos setores público e privado chegou a 231.767 trabalhadores.

Barueri I

A Prefeitura de Barueri, por meio da Secretaria de Saúde, fará neste sábado (9), das 8h às 12h, uma ação de vacinação nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental (Emefs) da cidade. O objetivo da ação é ampliar a cobertura vacinal dos munícipes. A vacinação contribui para metas do Programa de Imunizações (PNI).

Barueri II

A Secretaria de Saúde reforça a importância da participação da população no sucesso da campanha. Para receber a vacina, é necessário, somente, comparecer em uma das unidades participantes portando um documento oficial com foto e a carteira de vacinação. Além das vacinas de rotina, as vacinas contra Influenza também estará disponível.

São Bernardo I

As regiões de divisa entre São Bernardo e Santo André receberam reforço das forças de segurança em uma operação de prevenção e ampliação das abordagens. A ação teve foco na ocupação de áreas estratégicas para dificultar a circulação do crime entre os municípios e ampliar a presença das equipes nas ruas.

São Bernardo II

A operação reuniu equipes das Guardas Civis Municipais (GCMs), Polícia Militar e Polícia Civil, com atuação em regiões como Chácara Baronesa e Baeta Neves. Segundo as forças de segurança, essa integração das equipes fortalece o monitoramento das áreas de divisa e permite respostas ágeis às ocorrências.



A cidade passou por inovações no setor de segurança

Cotia registra grande queda nos índices criminais

Queda de 15,8% nos casos de roubo em geral e 11,5% nos furtos

Da Redação

Cotia registrou uma queda importante nos indicadores criminais. Os números de segurança pública foram divulgados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP) e apontaram redução nos casos de roubos e furtos que foram registrados na cidade no comparativo entre os anos de 2025 e 2026.

Os casos de roubo em geral passaram de 215 ocorrências para 181, uma redução de 15,8%. Os furtos em geral apresentaram redução de 11,5%, enquanto os roubos de veículos caíram 10,3%. Já os furtos de veículos reduziram 23,1%. Além disso, os casos de tentativa de homicídio e homicídio doloso também tiveram uma queda expressiva na cidade.

Os dados de produtividade também foram divulgados e mostram aumento em prisões em flagrante, apreensões e operações integradas. Para o secretário de Segurança de Cotia, Fabricio Dourado, "mais do que estatística, os números ajudam a traduzir uma sensação que começa a ganhar espaço no cotidiano: a de uma cidade mais atenta, conectada e preparada para enfrentar os desafios da segurança pública."

Inovações e tecnologias na segurança

A segurança pública de Cotia passou por uma transformação baseada em investimento, tecno-

logia e ampliação do efetivo. Desde novembro de 2025, o Centro de Monitoramento da Guarda Civil Municipal (Cecom) opera em sede própria, reunindo em um único espaço inteligência, tecnologia e integração entre forças de segurança. A estrutura conta com 54 monitores que fazem acompanhamento, em tempo real, de todas as entradas e saídas da cidade.

Todo o sistema está conectado à plataforma Smart Cotia e à Muralha Paulista, integrando dados com as Polícias Civil e Federal. Com isso, veículos furtados, clonados ou com irregularidades são identificados automaticamente, permitindo ação imediata das equipes de segurança.

A cidade conta com 37 totems de vigilância equipados com câmeras de leitura e monitoramento em 360 graus. Além disso, 103 totens foram instalados nas escolas municipais, reforçando a segurança no ambiente escolar e ampliando a cobertura do sistema de monitoramento da cidade. As equipes de segurança também passam por reforço. 75 candidatos estão em fase final de formação e devem atuar ao lado dos guardas municipais já ativos.

"Com planejamento, investimento e uso inteligente da tecnologia, Cotia se consolida como uma das cidades mais estruturadas em segurança pública da região metropolitana de São Paulo", diz o prefeito da cidade, Wellington Formiga.



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

@realdonaldtrump e Valter Campanato/Ag. Brasil



Governo de Donald Trump monitora inquérito aberto pelo ministro Alexandre de Moraes

EUA monitora investigação de Moraes contra jornalista

O governo de Donald Trump monitora inquérito aberto por Alexandre de Moraes (STF) contra um jornalista que escreveu reportagem sobre o ministro Flávio Dino. Os Estados Unidos acompanham o processo no Brasil ao mesmo tempo em que estudam retomar a aplicação da Lei Magnitsky contra Moraes.

Integrantes do governo norte-americano informaram à coluna que analisam se as medidas adotadas pelo magistrado contra o comunicador configurariam violação à liberdade de expressão e tentativa de intimidar a imprensa.

O caso envolve reportagem escrita pelo blogueiro Luís Pablo Conceição Almeida, que relatou o suposto uso, por familiares de Dino, de carro oficial do Tribunal de Justiça do Maranhão. Após a publicação da matéria, Moraes viu indícios de cometimento de crime de perseguição e mandou a Polícia Federal fazer operação de busca e apreensão na casa do comunicador, em março deste ano.

Segundo fontes norte-americanas, nos Estados Unidos há consenso de que jornalistas podem ser processados e condenados a pagar pesadas indenizações por conteúdos publicados. Contudo, a abertura de inquérito com a justificativa de crime

de perseguição e a operação policial chamaram a atenção de Washington.

A investigação aberta por Moraes poderá ser anexada pela Casa Branca às outras denúncias de supostos abusos cometidos pelo magistrado. Embora o retorno da Magnitsky ao ministro seja uma possibilidade, integrantes de Washington não trabalham com um prazo para que a punição volte a vigorar.

Moraes devolve aparelhos

Com o blogueiro Luís Pablo, a Polícia Federal apreendeu dois celulares, um MacBook e um HD externo. Moraes autorizou o blogueiro a reaver os equipamentos depois que os dados foram extraídos. Luís Pablo afirma que Moraes determinou a operação para tentar descobrir quem lhe passou as informações que embasaram a reportagem contra Dino.

Moraes, por sua vez, sustenta que o comunicador atentou “contra a liberdade individual e pessoal de ministro do Supremo Tribunal Federal, valendo-se do acesso a informações sensíveis, inclusive com vazamento desses dados, com evidências de monitoramento, vigilância e acompanhamento de veículo utilizado pelo ministro Flávio Dino”.

Reprodução



Daniel Vorcaro se encontrou com o cantor em Angra (RJ)

O encontro de Vorcaro com Gustavo Lima

O banqueiro Daniel Vorcaro, ex-dono do Banco Master, relatou ter participado de um encontro entre amigos em Angra dos Reis (RJ) com a presença do cantor Gustavo Lima. A confraternização ocorreu no dia 2 de agosto de 2024.

Em diálogos com sua então companheira, Martha Graeff, Vorcaro afirma que foi para a cidade após uma reunião. Na conversa obtida pela coluna, o banqueiro mencionou a presença do sertanejo, que interpretou músicas apreciadas pelo casal. “Gustavo Lima tocando nossas músicas”, escreveu.

Flerte com a política

Um dia depois, o artista publicou uma foto em suas redes sociais em que aparece no deck de uma casa, com vista para o mar de Ilha Grande, em Angra dos Reis. “Hoje

aqui, amanhã não se sabe”, escreveu na legenda. A imagem foi publicada ao som da música “Morar nesse motel”, do próprio cantor. Gustavo Lima anunciou publicamente a intenção de entrar na política no dia 2 de janeiro de 2025. Na ocasião, afirmou que seu nome estava “à disposição” para disputar a Presidência da República em 2026, caso o país “precisasse”.

Artista se manifesta

Procurado, o artista confirmou o encontro com Vorcaro e se manifestou por meio de nota: “A assessoria do cantor Gustavo Lima informa que o encontro foi casual, pois o artista mantinha seu barco em Angra dos Reis. Sobre questões políticas, o artista não tem pretensão de concorrer a nenhum cargo”.

Janones vira réu em ação contra Nikolas

■ O deputado André Janones (Rede) virou réu em uma ação movida por Nikolas Ferreira (PL) por suposto crime de ameaça.

O caso tem origem em um episódio ocorrido na campanha eleitoral de 2024, em um comício realizado em Ituiutaba, no Triângulo Mineiro. Segundo a denúncia protocolada por Nikolas, Janones participou de uma encenação em que utilizava uma corda e simulava agressões em um totem com a imagem do adversário político.

Na ação, os advogados de Nikolas sustentaram que a apresentação extrapolou os limites da liberdade de expressão e incentivou violência contra o deputado. A representação criminal acusa Janones de ter incorrido em ameaça e incitação ao crime.

Juiz embasa decisão sobre foro

■ Ao analisar o caso, o juiz Adilson da Conceição rejeitou o argumento da defesa de Janones sobre eventual prerrogativa de foro. Na decisão, justificou: “A prerrogativa de foro limita-se aos crimes praticados durante o exercício do cargo e em razão das funções desempenhadas”.

O magistrado acrescentou que, embora Janones exercesse mandato parlamentar à época dos fatos, “a conduta imputada não apresenta nexo funcional com o exercício da atividade parlamentar”.

Por outro lado, o juiz acolheu entendimento do Ministério Público e determinou o arquivamento da acusação relativa ao crime de incitação, por entender que não ficou configurado estímulo direto à prática de um crime específico contra Nikolas Ferreira.

Deputado quer pena mais severa a menores

■ O deputado Gustavo Gayer (PL) apresentou uma emenda ao Projeto de Lei 3984/2025 para endurecer as medidas aplicadas a menores envolvidos em crimes hediondos, com foco em delitos sexuais, como estupro. O texto altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e amplia de 3 para 12 anos o tempo máximo de internação.

A proposta também eleva de 21 para 30 anos a idade limite para liberação compulsória e fixa um prazo mínimo de três anos de internação em casos análogos a crimes hediondos. A emenda ainda prevê o uso de monitoramento eletrônico em atividades externas e condiciona a liberação do interno a uma avaliação técnica multidisciplinar.

“Pode me chamar de radical”, diz Gayer

■ Gustavo Gayer sustenta que crimes dessa natureza demonstram a necessidade de endurecimento das leis penais e a redução da maioria penal no Brasil.

“Se defender mais rigor a criminosos que matam, estupram, roubam, entre outros crimes, é ser radical, pode me chamar de radical. Essa emenda é uma brecha no sentido de tentar iniciar algo. Criminoso tem que pagar pelos seus atos. Redução da maioria penal para crimes hediondos para, pelo menos 14 anos, e fazer com que esses criminosos cumpram pena de fato, é o que precisamos”, argumentou o parlamentar.

O PL 3984/2025, de autoria da deputada Delegada Katarina (PSD-SE), institui a chamada “Lei da Dignidade Sexual”.

CORREIO POLÍTICO

Lula Marques/Agência Brasil.



Comemoração após a derrubada do veto

A enorme bancada do Banco Master

Muitos atribuem a derrota do advogado-geral da União, Jorge Messias, na indicação para o Supremo Tribunal Federal (STF) a uma poderosa articulação da bancada do banco Master. Haveria aí uma grande conjugação de forças de enrolados pelas artimanhas do banqueiro Daniel Vorcaro. Passaria pelo grupo bolsonarista, já que o sócio de Vorcaro, Fabiano Zettel, doou R\$ 3 milhões para a campanha do ex-presidente Jair Bolsonaro em 2022. Chegaria aos aliados do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), que também recebeu R\$ 2 milhões. Não pouparia o PT, especialmente o PT da Bahia, pelas ligações com o Credcesta, origem do esquema de créditos falsos que engordaram a carteira do Master.

Alcolumbre evita CPMI do Master

E chega ao Centrão, com nomes como o senador Ciro Nogueira (PP-PI). O próprio ministro da Secretaria de Relações Institucionais, José Guimarães, atribuiu ao Master a derrota. Segundo ele, grupos unificaram-se para articular a derrota ao mesmo tempo em que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), ele chamuscado por conta do Fundo de Previdência do Amapá, evitou ler em sessão o pedido de CPMI do Master.

Portal Gov.br



Polícia Federal ganhou muito mais independência

Dinâmica independente do Congresso

Pelo acerto que teria sido feito, no dia seguinte à derrota de Jorge Messias, Alcolumbre fez a sessão do Congresso que derrubou o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao PL da Dosimetria. Obtidas as assinaturas mínimas necessárias, um pedido de CPMI deve ser lido na sessão do Congresso. Há até uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) nesse sentido. Mas, pelo acordo, Alcolumbre fez a sessão do Congresso única e exclusivamente para derrubar o veto. Toda essa leitura, porém, tem um problema: a dinâmica da crise independente do Congresso.

Investigação não vai parar

Se aconteceu a tal união da bancada do Master, ela teria ignorado um fato: os mecanismos de investigação de que hoje o país dispõe já há algum tempo independem da vontade política. Assim operam o Ministério Público e a Polícia Federal. O Ministério Público desde a Constituição de 1988 e a PF especialmente a partir do primeiro governo Lula.

POR RUDOLFO LAGO

MP

O Ministério Público hoje perdeu parte do protagonismo que tinha por seus próprios erros. Ao não se submeter à pressão política de governos, criou sua própria motivação política na Lava Jato, orientando sua apuração e combinando sentenças para condenar pessoas. Paga ainda o preço dessa politização.

PF

Politização que não contaminou a Polícia Federal. Seu processo de independência vem desde os tempos em que o ministro da Justiça era Marcio Thomaz Bastos e dirigia a PF Paulo Lacerda. Nesse momento, ganhou melhor formação de seus quadros, passando a operar de forma mais independente.

Cardozo

Na mesma Lava Jato, não foram poucas as vezes em que o então ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, viu-se surpreendido ao não saber de operações e prisões que acabavam por desgastar o governo. Algo talvez mal compreendido por Lula, que teria desenvolvido resistência a Cardozo.

Dilma

Resistência que não teria tido a própria Dilma Rousseff. Fora do ministério, foi Cardozo o advogado de Dilma no processo de impeachment. Mas a verdade é que quem acabou condenado e preso como consequência da Operação Lava Jato foi Lula. O fato, porém: nem governo nem Congresso contiveram a investigação.

Ciro

O fato de uma semana depois Ciro Nogueira ter sido o alvo principal da nova fase da Operação Compliance Zero mostra como o meio político não teria mais força para parar tais apurações. Os indícios que dese o início surgiram desdobraram-se ao longo da investigação chegando aos detalhes contidos na decisão.

Delação

A apuração vai seguir. E pode ganhar novos contornos com a delação de Daniel Vorcaro. Aliás, só haverá delação se ela de fato for capaz disso. As informações são de que as negociações empacaram no momento justamente porque André Mendonça considera que o que apresenta Vorcaro no momento é pouco.



Trump e Lula classificaram a reunião como "positiva"

Grupo terá 30 dias para resolver tarifaço

Lula se encontra com Trump por três horas nos EUA

Por Gabriela Gallo

A reunião entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (Republicano), nesta quinta-feira (7), foi considerada bem-sucedida por ambos.

No encontro entre os dois chefes de Estado, que inicialmente seria realizada em março mas teve que ser adiada devido a guerra no Oriente Médio, eles discutiram temas predominantemente econômicos como o fim das tarifas aplicadas para produtos de ambos os países. Contudo, eles evitaram citar temas demasiadamente polêmicos, como o sistema de transferência monetária instantâneo brasileiro, o Pix, ou associar organizações criminosas como terrorismo.

"Uma das razões pelas quais eu trouxe [o ministro da Fazenda] Dario Durigan era porque eu imaginava que o Trump queria discutir a questão do Pix. Ele não tocou no assunto, então eu também não toquei", disse Lula em entrevista coletiva logo após a reunião.

A reunião, que inicialmente estava prevista para durar 30 minutos, durou três horas. Ao contrário da maioria das reuniões entre Trump e demais chefes de Estado, eles não concederam entrevista coletiva na Casa Branca depois. Ao final do encontro, Trump foi embora e Lula conversou com a imprensa na Embai-

xada do Brasil em Washington D.C.

Na coletiva, ele destacou que o encontro foi produtivo para reestabelecer as relações comerciais e democráticas entre os países, mas reforçou o discurso da soberania brasileira. "Eu saio daqui com a ideia de que nós demos um passo importante na consolidação da relação democrática histórica que o Brasil tem com os Estados Unidos", manifestou Lula.

Por meio de suas redes sociais, o presidente Donald Trump manifestou como positiva a reunião com o brasileiro. "Concluí minha reunião com Luiz Inácio Lula da Silva, o muito dinâmico presidente do Brasil. Discutimos diversos assuntos incluindo comércio e, especificamente, tarifas. A reunião foi muito boa. Nossos representantes estão escalados para se reunirem para discutir certos elementos-chaves. Novas reuniões serão agendadas nos próximos meses, se necessário", escreveu Trump.

Na coletiva, o presidente brasileiro informou que firmou com Trump um acordo para criar um Grupo de Trabalho entre os dois países para discutir e tentar encerrar as tarifas norte-americanas aplicadas a produtos brasileiros, que ficaram conhecidas como tarifaço. Atualmente, a maioria dos itens exportados pelo Brasil aos Estados Unidos são taxadas em 10%. Já alumínio, aço, autopeças e cobre têm tarifas de 15%.

Ciro Nogueira receberia mesada do Master, diz investigação

Nova etapa de operação da PF teve como foco o presidente do Progressistas

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

Um dos principais operadores políticos do Congresso, o presidente do Partido Progressistas (PP), senador **Ciro Nogueira** (PI), foi um dos alvos da quinta fase da Operação Compliance Zero, deflagrada nesta quinta-feira (7) pela Polícia Federal (PF), que segue na investigação acerca do esquema de corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo o Banco Master.

A operação foi realizada por determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) **André Mendonça**, relator do caso Master no STF. As investigações de mais um capítulo dessa novela apontam que **Ciro Nogueira** atuava como uma ponte entre o dono do Banco Master, **Daniel Vorcaro**, e o Congresso Nacional em favor do banco. Em contrapartida, os agentes apontam que ele receberia favores, como a “aquisição de participação societária com expressivo deságio, pagamentos mensais da ordem de R\$ 300.000,00 ou mais, além de outras transações atípicas atribuídas à estrutura vinculada ao parlamentar”.

Segundo as investigações dos agentes, o senador teve a “aquisição de participação societária estimada em aproximadamente R\$ 13 milhões pelo valor de um milhão de reais”. Receberia também R\$ 300 mil, que “considerando relatos”, evoluíram depois para R\$ 500 mil. Além disso, **Nogueira** também teria recebido “hospedagens, deslocamentos e demais despesas inerentes a viagens internacionais de alto custo” bancadas por **Vorcaro**.

As investigações usam como base quebras de sigilos telefônicos e bancários, além de documentos e trocas de mensagens encontradas nos aparelhos eletrônicos de **Daniel Vorcaro**.

Emenda Master

Em contrapartida, **Ciro** atuaria politicamente em favor dos interesses de **Vorcaro**. Entre os exemplos citados no documento está a Emenda nº 11 à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 65/2023, que ficou conhecida como “Emenda pró Master”, que determinava o aumento da cobertura do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) de R\$ 250 mil para R\$ 1 milhão por depositante. O FGC funciona como um seguro para correntistas e investidores que oferece proteção de até R\$ 250 mil por CPF/CNPJ e por instituição financeira em



Investigação aponta **Ciro Nogueira** como uma espécie de braço político de **Vorcaro**

José Cruz/Agência Brasil



Operação foi autorizada por **André Mendonça**

caso de falência ou intervenção do Banco Central (BC).

De acordo com as investigações, a medida foi elaborada pela assessoria do Master e não do gabinete de **Nogueira**. A proposta era “sexuplicar” os negócios do Master já que, na época, o banco supostamente oferecia investimentos com rendimentos acima da média e destacava a garantia do fundo para atrair investidores diante do alto risco das operações.

“A narrativa policial enfatiza que os elementos colhidos demonstrariam a existência de um arranjo funcional e instrumental orientado por benefício mútuo, extrapolando relações de mera amizade”, reiterou a decisão publicada por **Mendonça**.

Alvos

Ciro Nogueira está proibido de manter contato com as pessoas investigadas na Operação Compliance Zero. Essa medida também se aplica para o irmão dele, **Raimundo Neto** e **Silva Nogueira Lima**, que também foi alvo da operação e ainda terá que usar

tornozoleira eletrônica e está proibido de “ausentar-se da comarca de residência”, ou seja, ele terá seu deslocamento monitorado.

A decisão monocrática de **Mendonça** ainda determinou a prisão temporária de **Felipe Cancado Vorcaro**, primo de **Daniel Vorcaro**, apontado como membro do núcleo financeiro operacional do Master. Outro alvo da operação apontado como operador financeiro do esquema é **Bernardo Rodrigues de Oliveira Filho**. Segundo as investigações, ele era responsável por realizar depósitos fracionados e movimentações pulverizadas para dificultar rastreamento bancário e alertas automáticos aos órgãos de controle. **Bernardo** não foi preso, mas cumpre as mesmas medidas cautelares que **Raimundo**.

Repercussão

A equipe do senador **Flávio Bolsonaro** (PL-RJ), aliado de **Ciro Nogueira** e principal adversário político do presidente **Luiz Inácio Lula da Silva** (PT) na campanha eleitoral para a presidência

Alessandro Vieira (MDB-SE) informou que protocolou, juntamente com o senador **Eduardo Girão** (Novo-CE), um “pedido de suspeição, para que o mandado de segurança sobre a instalação da CPI do Master seja distribuído para outro ministro do STF”. O deputado **Rodrigo Rollemberg** (PSB-DF), autor de um pedido de CPI, impetrou o mandado de segurança e a relatoria ficou com **Kassio Nunes Marques**. **Vieira**, por declaração em suas redes sociais, classifica que a medida é necessária “considerando a relação íntima e notória entre o ministro [do STF] **Kassio [Nunes Marques]** e o senador **Ciro Nogueira**”.

Vale destacar que **Alessandro Vieira** foi o relator da CPI do Crime Organizado no Senado e enfrentou desavenças com o Supremo, após enquadrar magistrados da Suprema Corte no relatório final da comissão parlamentar, desconsiderando outras personalidades supostamente envolvidos no cenário das organizações criminosas do país.

Delação

A decisão de **André Mendonça** foi emitida um dia após os advogados de defesa de **Daniel Vorcaro** entregarem à PF e à Procuradoria-Geral da República (PGR) um pendrive com os documentos solicitados para uma colaboração premiada entre o banqueiro e as autoridades referentes ao caso Master. Estima-se que o conteúdo no pendrive contenha registros, conversas, documentos em reuniões, festas e até viagens com autoridades da política brasileira como provas. Devido ao volume do material no pendrive, a análise deve durar duas semanas.

Na noite desta quinta-feira, o gabinete do ministro **André Mendonça** divulgou uma nota esclarecendo que, até o momento, o ministro “não teve acesso ao teor do material entregue pela defesa do caso Master à Polícia Federal e à Procuradoria-Geral da República”.

“O ministro tem sido consistente e inequívoco em sua posição sobre o tema da colaboração premiada: a colaboração premiada é um ato de defesa, um direito assegurado ao investigado. Para que ela produza efeitos, a colaboração deve ser séria e efetiva e as investigações devem seguir seu curso regular, independentemente da existência ou não de proposta de colaboração”, reiterou o gabinete do magistrado.

da República, manifestou à imprensa que acompanha o caso.

“Entendemos que fatos dessa natureza devem ser apurados com rigor e transparência pelas autoridades competentes, sempre com respeito ao devido processo legal. Confiamos na relatoria do caso Master, conduzida pelo ministro **André Mendonça**, e esperamos uma ampla apuração”, manifestou a equipe do senador.

A defesa de **Ciro Nogueira** publicou uma nota de repúdio sobre a nova fase da Operação, alegando que o senador “não teve qualquer participação em atividades ilícitas e nos fatos investigados, colocando-se à disposição para esclarecimentos”.

“Medidas investigativas graves e invasivas tomadas com base em mera troca de mensagens, sobretudo por terceiros, podem se mostrar precipitadas e merecem a devida reflexão e controle severo de legalidade, tema que deverá ser enfrentado tecnicamente pelas Cortes Superiores muito em breve, assim como ocorreu com o uso indiscriminado de delações premiadas”, reiterou a nota.

Circula no Congresso Nacional a expectativa de uma possível Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o caso Master no poder Legislativo. Na última semana, as deputadas federais **Heloísa Helena** (REDE-RJ) e **Fernanda Melchionna** (PSOL-RS) juntaram as assinaturas necessárias para instalar uma comissão parlamentar mista para investigar o caso. Agora, cabe ao presidente do Senado, **Davi Alcolumbre** (União Brasil-AP), definir se instalará a comissão ou não.

Na mesma linha, o senador

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Waldemir Barreto / Agência Senado



Plínio Valério rejeitou proposta que favorecia Master

Relator disse que emenda de
Ciro Nogueira ‘inoportuna’

Relator, na Comissão de Constituição e Justiça, da PEC 65, que trata do Banco Central, o senador Plínio Valério (PSDB-AM) classificou de “inoportuna” a emenda apresentada por **Ciro Nogueira** (PP-PI) e que, segundo a Polícia Federal, foi redigida pelo Banco Master.

Para Valério, a garantia de R\$ 250 mil para investimentos dada pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC) era suficiente: cobria 99% dos depósitos e investimentos e cerca de 50% de seus valores. Nogueira queria aumentar o limite para R\$ 1 milhão.

O relator também criticou a proposta de Nogueira de transferir a regulação do FGC — mantido e administrado por bancos — para o Conselho Monetário Nacional.

Modelo privado

Em seu parecer, Valério admitiu, como ressaltado por Nogueira, que o modelo privado de fundos garantidores é minoritário na maior parte dos países.

Mas ressaltou que esse formato é adotado em mais de trinta nações, entre elas, algumas como “com sistemas financeiros complexos”, como Alemanha, França, Suíça, Singapura e Hong Kong. Frisou que em nenhum país esse tipo de fundo é matéria constitucional.

Waldemir Barreto/Agência Senado



Senador rompeu acordo e pautou PEC

A surpresa de Alcolumbre

O parecer sobre a emenda de Nogueira foi apresentado por Valério em 14 de agosto de 2024.

No dia 4 de setembro, o relator se disse surpreendido pela decisão do então presidente da CCJ, **Davi Alcolumbre** (União-AP), de colocar a PEC na pauta, o que despeitava um acordo que havia sido feito. Valério pediu uma “explicação plausível” para a atitude.

Alcolumbre respondeu que não tomara a decisão sozinho, atendera pedidos de outros senadores. A PEC ainda tramita na CCJ.

Estilhaços no Paraná

Estilhaços gerados pela suspeita de que o Master redigiu a emenda chegaram ao Paraná e ameaçam ferir a candidatura do deputado **Filipe Barros** (PL) ao Senado.

Em novembro de 2024, três meses depois de Nogueira apresentar sua emenda, Barros protocolou projeto de lei que também aumentava para R\$ 1 milhão a cobertura do FGC. Em fevereiro passado, ele retirou seu projeto.

‘Credenciais’

A esquerda não perdeu tempo e respondeu entrevista em que o senador **Flávio Bolsonaro** (PL-RJ) disse que **Ciro Nogueira** tinha “perfil” e “todas as credenciais” para ser candidato a vice-presidente da República. Na época, Flávio ainda não havia sido lançado ao Palácio do Planalto pelo pai, **Jair Bolsonaro**.

Ressaca

As acusações contra Nogueira, ex-chefe da Casa Civil de Bolsonaro, abalaram a oposição — ficou mais difícil tirar o Master da própria sala. A reunião do presidente **Lula** (PT) com **Donald Trump** também colaborou para esfriar o ânimo dos que comemoravam as derrotas do governo no Congresso.

Torcida

Apesar do tapete vermelho estendido para Lula e do uso da palavra “dinâmico” por Trump para classificar o brasileiro, bolsonaristas ainda acreditam/torcem para que as expectativas do petistas acabem frustradas pela Casa Branca. Fazem o discurso do ver para crer em concessões norte-americanas.

Refit

Ao afirmar, na entrevista, que falara com Trump sobre a lavagem de dinheiro no estado de Delaware, o ministro da Fazenda, **Dario Durigan**, tocou em um ponto muito importante para Lula. O grupo Refit teria usado as facilidades locais para lavar R\$ 72 bilhões — Lula já pediu aos EUA a prisão de **Ricardo Magro**, dono do conglomerado.

O sábio Barão

A irritação do ministro **André Mendonça**, do Supremo Tribunal Federal, e da Polícia Federal com a delação apresentada por **Daniel Vorcado**, do Banco Master, faz lembrar uma das grandes frases de **Apparício Torelly** (1895–1971), o Barão de Itararé: “De onde menos se espera, daí é que não sai nada”.

Ô fase...

Outra má notícia para bolsonaristas: a Anvisa determinou o recolhimento de lotes de detergente, sabão líquido e desinfetante da marca **Ypê**: todos oferecem risco de contaminação. Quatro integrantes da família **Beira**, dona da Ypê, doaram um total de R\$ 1,5 milhão para a campanha de Bolsonaro em 2022.



Segundo Motta, fim da 6x1 é “prioridade” na Câmara

Motta projeta
fim da 6x1
ainda no mês
de maioPresidente da Câmara confia na
aprovação da proposta

Da Redação

Em entrevista na manhã desta quinta-feira, na Assembleia Legislativa da Paraíba, o presidente da Câmara dos Deputados, **Hugo Motta** (Republicanos-PB), demonstrou otimismo na aprovação das propostas que acabam com a jornada 6x1, na qual se trabalha por seis dias na semana com apenas um dia de folga. Para além da aprovação, Motta disse confiar que a proposta venha a ser aprovada em plenário ainda neste mês de maio.

“Queremos votar ainda neste mês de maio, no mês do trabalhador”, acrescentou.

Motta esteve Paraíba para uma edição do “Câmara pelo Brasil”, evento itinerante que amplia o diálogo da Casa com a sociedade.

Segundo o presidente, o tema da escala 6x1 já entrou na agenda prioritária do Congresso e deve avançar nas próximas semanas, com expectativa de análise ainda no mês de maio.

“Queremos que todos compreendam que há uma decisão política de se caminhar nesse sentido. É melhor sentar à mesa e negociar o texto, porque temos o horizonte de data para ser votado”, disse Motta.

Ao lado de Motta na Paraíba, estava o ministro do Trabalho e Emprego, **Luiz Marinho**. Motta afirmou que a discussão sobre a redução da jornada de trabalho

e o fim da escala 6x1 “interessa a 70% da população” e destacou que o debate ocorre há décadas no país.

Segundo o presidente da Câmara, o objetivo é conduzir a tramitação da proposta “de forma responsável”, ouvindo representantes de diferentes setores econômicos e trabalhadores.

“Não votar essa matéria não está em questão, vamos votar”, reiterou Motta. Ele acrescentou que a comissão especial criada para discutir o assunto terá um mês de maio “intenso”, com espaço para manifestações de todos os segmentos envolvidos antes da definição do texto final. A comissão especial analisa duas propostas de Emenda à Constituição (PECs).

A PEC 221/19, do deputado **Reginaldo Lopes** (PT-MG), propõe reduzir a jornada semanal gradualmente das atuais 44 para 36 horas. A transição se daria ao longo de dez anos.

A proposta pensada (PEC 8/25), da deputada **Erika Hilton** (Psol-SP), prevê uma escala de quatro dias de trabalho por semana, com limite de 36 horas no período.

Luiz Marinho informou que o governo defende a redução da jornada semanal de 44 para 40 horas, sem diminuição salarial e com duas folgas semanais.

Com informações da
Agência Câmara de Notícias

JORNAL DO APOSENTADO

POR
ANDRÉ SOUZA

Logo da Federação Brasileira de Bancos



Entidade diz que medida restringe acesso a crédito barato

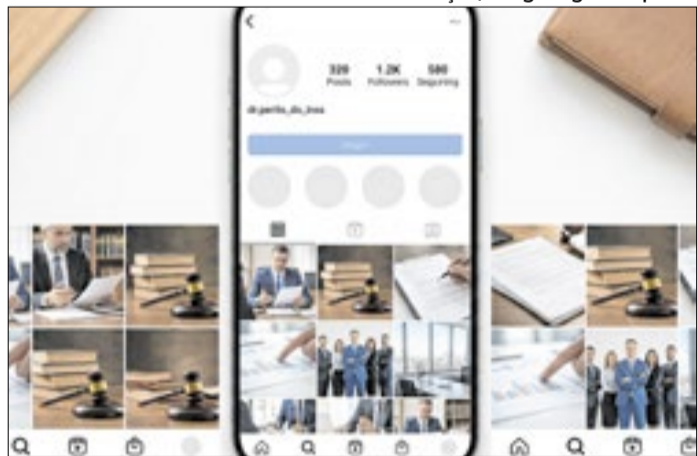
Associações de bancos reagem à suspensão do consignado

A Associação Brasileira de Bancos (ABBC), a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e a associação do setor financeiro Zetta, manifestaram preocupação com a decisão cautelar do TCU que suspendeu de forma abrupta as modalidades de crédito consignado do INSS. O segmento movimentava cerca de R\$ 100 bilhões por ano e R\$ 9 bilhões em descontos mensais, com 17 milhões de aposentados e pensionistas com operações ativas. A carteira reúne 65,4 milhões de contratos e R\$ 283,9 bilhões, com taxa média de 1,82% ao mês. Pesquisa indica que 56% usam o crédito por necessidade imediata e 35% para quitar dívidas. As entidades afirmam que a medida atinge população vulnerável e restringe acesso ao crédito barato.

Entidades destacam autorregulação

As entidades destacam ainda avanços de autorregulação: 1.173 advertências, 899 suspensões, 130 correspondentes banidos e 14 agentes de crédito suspensos por 12 meses. As reclamações caíram de 1.710, em junho de 2025, para 623 em dezembro, recuo acima de 60%. Agora, ABBC, Febraban e Zetta pedem ao TCU a modulação da decisão para manter o consignado com reforço gradual de controles.

Ilustração/Imagem gerada por IA



Simulação do perfil Dr Perito do INSS desativado

Perfil falso é derrubado pela Meta

A Meta desativou o perfil "Dr.Perito do INSS", no Instagram, após receber uma notificação extrajudicial da Advocacia-Geral da União (AGU). A página era utilizada para captar clientes para um escritório de advocacia previdenciária de maneira irregular. As condutas deste usuário configuravam fraude eletrônica, usurpação de função pública, falsificação de selo ou sinal público e falsa identidade. Além disso, o perfil não ia de acordo com os termos de uso do aplicativo, que proíbem utilização dos serviços para finalidades fraudulentas ou enganosas.

Outro perfil foi derrubado pela Meta

A notificação citou decisão do Supremo Tribunal Federal que permite responsabilizar as plataformas pelos conteúdos ilícitos publicados pelos seus usuários. A AGU também efetivou a derrubada do perfil e do Whatsapp Business do escritório de advocacia Samara Vieira, que eram utilizados para a captação de clientes. A notificação atendeu a pedido do Ministério da Previdência Social.

INSS Empresa I

A ferramenta INSS Empresa começa a funcionar a partir do dia 15 de maio. Ela permite que empresas consultem os afastamentos de empregados durante o vínculo empregatício. Com interface mais simples e amigável, a plataforma oferecerá dados desde 2019, em tempo real e com atualizações imediatas.

INSS Empresa II

O acesso será feito por meio de autenticação da conta gov.br com certificado digital de pessoa jurídica. Além disso, o responsável pela empresa poderá autorizar representantes para visualizar as informações do sistema, desde que tenham conta gov.br nível prata ou ouro. A plataforma reunirá dados sobre trabalhadores.

Parcela Opção I

A 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região rejeitou por unanimidade o recurso da União e manteve decisão favorável a aposentados ligados ao Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do MPU no DF. A ação trata da Parcela Opção, vantagem paga a servidores que exerceram cargos de chefia ou funções comissionadas.

Parcela Opção II

A decisão anula os efeitos do Acórdão 1.599/2019 do TCU, que havia barrado o pagamento da Parcela Opção para quem cumpriu os requisitos de aposentadoria após a Emenda Constitucional 20, publicada em dezembro de 1998. O entendimento do tribunal beneficia servidores aposentados que recebiam a vantagem incorporada aos vencimentos.

Desvios I

A Força-Tarefa Previdenciária deflagrou a Operação Falsa Matriz para combater fraudes relacionadas ao roubo de aposentadorias por meio do uso de documentos falsos. Foram cumpridos dois mandados de busca e apreensão em Alagoas e em São Paulo, em endereços ligados aos principais suspeitos investigados.

Desvios II

Segundo a investigação, foram utilizadas procurações e atestados médicos falsos para sacar valores retroativos de benefícios previdenciários e desviar parcelas da aposentadoria da vítima. De acordo com a Cordenação-Geral de Inteligência da Previdência Social (CGINP), o prejuízo ultrapassa R\$ 50 mil.



Se aprovada, revisão pode alterar valor da aposentadoria.

STF analisa "revisão da vida toda" no INSS

Julgamento sobre aplicação do benefício segue em andamento

Da Redação

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli votou nesta semana, em julgamento virtual, a favor de permitir a chamada "revisão da vida toda" do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em casos específicos. Se aprovada, a proposta vale para aposentados que entraram com ação na Justiça entre 16 de dezembro de 2019 e 5 de abril de 2024, período em que houve mudanças de entendimento sobre o tema nos tribunais.

O julgamento ocorre na ação 2.111, que trata do fator previdenciário e também foi usada como base para decisões que levaram à derrubada da revisão da vida toda no Supremo. O voto de Toffoli diverge da posição que ele mesmo havia adotado em 2024, quando se manifestou contra a tese.

No voto, o ministro defende que aposentados que buscaram a Justiça naquele intervalo devem ter o direito analisado conforme o entendimento que existia na época. Ele argumenta que houve "quebra de confiança" em relação às decisões anteriores do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do próprio STF, que em 2022 chegaram a admitir a revisão. A revisão da vida toda é uma ação em que aposentados pedem que o cálculo do benefício leve em conta todas as contribuições feitas ao longo da vida, inclusive as realizadas antes do Plano Real. Em alguns casos, isso pode alterar o valor da aposentadoria.

O relator do caso, ministro Kassio Nunes Marques, votou contra o pedido. Ele afirmou que o recurso não traz novos argumentos e busca reverter uma decisão já tomada pelo STF, que considerou a revisão inviável. Segundo o relator, não é possível reabrir a discussão nesta fase do processo. O entendimento foi acompanhado por outros ministros, entre eles Cármen Lúcia, Alexandre de Moraes e Cristiano Zanin. Com esses votos, a votação parcial está 4 a 1 contra o recurso, com apenas o posicionamento de Toffoli favorável à tese em situações específicas. O julgamento ainda não foi concluído, ocorre em plenário virtual e não tem data definida para encerramento.

A tese da revisão já teve diferentes decisões no STF. Em 2022, foi aceita pela maioria dos ministros. Em março de 2024, o tribunal passou a impedir sua aplicação ao julgar ações relacionadas ao fator previdenciário. Em novembro de 2025, o Supremo confirmou a derrubada da tese por 8 votos a 3.

Segundo o advogado João Bardardi, do Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev), a aplicação defendida por Toffoli seria restrita a casos específicos. Ele afirma: "Tem muita gente que não tinha direito e entrou com o processo. Muitas pessoas, muitas vezes por erro de cálculo, com cálculos que não vão subir o valor do benefício. São as exceções que têm o direito".

Com informações da
Folhapress

Dora Kramer*

Conflito de interesses assola tribunais superiores

O tema do conflito de interesses chegou para ficar, e pelo visto se ampliar, nos tribunais superiores. Já tínhamos o problema da venda de sentenças no Superior Tribunal de Justiça (STJ), a questão de ligações perigosas no Supremo (STF), a criação de novos penduricalhos na Justiça Militar (STM) e agora temos a venda de cursos para advogados na corte do trabalho (TST). Esses tópicos não contam a história toda das incorreções em curso nesse universo, mas ao menos fortalecem a evidência da necessidade de um regramento de condutas.

Códigos de ética, sozinhos, não dão conta do riscado, mas são um começo na imposição de freios a autoridades que exercem o poder de modo desenfreado e que ficariam no mínimo

submetidas ao constrangimento de serem vistas como infratoras.

O presidente do TST, Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, junta-se nessa cruzada (ainda inglória) ao ministro Edson Fachin, expondo a situação de maneira ainda mais clara do que tem feito o presidente do STF.

“Ministros dando palestras em cursos pagos por advogados, ensinando como atuar no tribunal, é completamente antiético”, disse, pontuando o conflito de interesses com todos os efes e erres.

Surpreende que tenha sido, como alega, pego de surpresa, visto que a maioria dos juízes - 14 dos 25 do colegiado - complementam seus proventos com a atividade de fornecer a advogados o caminho das pedras para se dar

bem na defesa de suas causas trabalhistas no tribunal onde serão julgadas. Isso não é exercício legítimo do magistério, é lição de lobby indevido.

Peca o magistrado Vieira de Mello, porém, ao reforçar e normalizar a divisão da corte entre os juízes que têm interesses e os que defendem causas, colocando-se na ala dos moralmente superiores. Fica, com isso, evidente a existência no TST do mesmo tipo de dinâmica partidária que contamina o STF.

Nessa toada, nada se corrige; tudo é jogado na vala das disputas internas por um protagonismo político incompatível com quem deve à sociedade o ofício da boa justiça.

***Jornalista e comentarista de política**

Vinicius Lummertz*

O mundo mudou. O Brasil virou ativo estratégico.

Durante boa parte da história, o Brasil ocupou posições econômicas relevantes sem jamais exercer centralidade efetiva no sistema internacional. O mundo demandava produtos brasileiros — açúcar, ouro, borracha, café, minério —, mas não dependia estruturalmente do país como plataforma ampla de estabilidade, produção e escala. Isso começa a mudar.

A reorganização geopolítica global alterou profundamente os critérios de valor das nações. O planeta saiu da era da globalização relativamente previsível e ingressou em um período marcado por disputa tecnológica, fragmentação industrial, insegurança energética, competição estratégica e crescente preocupação com alimentos, minerais críticos, cadeias produtivas e estabilidade territorial.

O mundo voltou a valorizar ativos concretos e posição geopolítica. E poucos países concentram simultaneamente tantos desses ativos quanto o Brasil.

O país reúne água, energia, alimentos, território, biodiversidade, capacidade mineral, mercado interno relevante e relativa distância dos grandes conflitos globais. Em um cenário internacional cada vez mais instável, isso desloca o Brasil para uma categoria diferente de importância estratégica.

Talvez pela primeira vez na história moderna, o ativo geopolítico não seja apenas um produto brasileiro específico. O ativo estratégico começa a ser o próprio Brasil.

Hoje o país já é percebido como necessário. Em determinados cenários futuros, poderá tornar-se indispensável.

Aqui residem as maiores oportunidades e os maiores riscos do Brasil contemporâneo. O problema é que o Brasil ainda não parece agir como quem compreendeu plenamente a dimensão histórica do momento em que entrou.

Enquanto o mundo começa a enxergar o país como uma das poucas plataformas simultaneamente capazes de oferecer segurança alimentar, energética, ambiental e territorial em larga escala, o debate interno brasileiro permanece frequentemente aprisionado em disputas pequenas, ciclos populistas e uma lógica política incapaz de elevar a discussão nacional à dimensão do novo cenário internacional.

Um cenário no qual o Brasil poderia caminhar para tornar-se uma das quatro ou cinco maiores economias do planeta ao longo das

próximas décadas.

O país continua preso ao curto prazo justamente quando o mundo passou a operar em lógica estratégica simultânea de curto, médio e longo prazo.

Hoje o Brasil possui o quinto maior superávit comercial do mundo e figura também entre os maiores destinos globais de investimento estrangeiro direto. Poucos países recebem simultaneamente tanto capital internacional e concentram tamanho volume de ativos estratégicos.

Ainda assim, o crescimento brasileiro permanece baixo para seu potencial histórico. O Brasil não consegue converter plenamente potencial em velocidade de enriquecimento nacional.

E o problema mais grave talvez seja outro: a produtividade avança lentamente. O investimento produtivo enfrenta obstáculos permanentes. Projetos estratégicos levam anos para sair do papel. Infraestruturas fundamentais convivem com judicialização interminável, insegurança regulatória e lentidão decisória.

O Brasil realizou reformas importantes nas últimas décadas, mas continua sendo um país difícil de desenvolver, difícil de investir e difícil de empreender.

O problema brasileiro deixou de ser ausência de potencial. Passou a ser incapacidade de transformar potência em peso econômico, produtividade e velocidade histórica. Grande parte dessa limitação nasce do próprio modelo interno.

O país passou décadas ampliando gastos correntes, expandindo estruturas estatais e convivendo com déficits públicos persistentes que ajudaram a produzir juros estruturalmente elevados e baixa capacidade de investimento produtivo de longo prazo.

O resultado é um ambiente em que enorme parte da energia econômica nacional é consumida tentando sobreviver às ineficiências do próprio sistema.

Juros elevados drenam investimentos. O baixo crescimento reduz produtividade. A produtividade limitada restringe renda. E então o próprio modelo passa a exigir mais expansão compensatória do Estado, alimentando novamente juros altos e crescimento baixo. O sistema morde o próprio rabo.

Talvez exista aqui uma dimensão ainda mais profunda e pouco discutida: o anti-investimento brasileiro possui consequências amo-

rais invisíveis.

Porque ninguém responde objetivamente pelos empregos que não foram criados, pela renda que deixou de existir ou pelos investimentos que migraram para outros países em razão da paralisia estrutural. Os custos da lentidão dissolvem-se na burocracia impessoal, nos processos infinitos e na incapacidade sistêmica de decisão. Enquanto isso, o mundo se reorganiza rapidamente.

As grandes potências procuram segurança energética, cadeias industriais resilientes, minerais críticos, inteligência artificial, infraestrutura, capacidade produtiva e territórios estáveis. E poucos países oferecem simultaneamente essas características como o Brasil.

Foi exatamente essa percepção que apareceu de maneira muito clara nas conversas realizadas durante a Global Conference do Milken Institute, em Beverly Hills, reunindo algumas das principais lideranças globais de investimentos, tecnologia, energia e geopolítica.

O ambiente do encontro era menos de euforia financeira e mais de realismo estratégico. O historiador Niall Ferguson alertou para paralelos entre o momento atual e períodos anteriores às grandes rupturas geopolíticas do século 20. Larry Fink chamou atenção para a gigantesca demanda energética produzida pela inteligência artificial. Ken Griffin destacou riscos financeiros associados ao excesso de liquidez global.

Mesmo quando pouco mencionada diretamente, a China aparecia como pano de fundo de praticamente todas as discussões. Nesse cenário de reorganização global, o Brasil passou a despertar um tipo diferente de interesse. Não apenas como exportador de commodities, mas como uma das poucas grandes plataformas estratégicas disponíveis para o século 21.

O mundo já precifica o Brasil com suas mazelas, ineficiências e contradições. A verdadeira surpresa seria o país conseguir destravar seu ambiente de desenvolvimento, elevar produtividade, reduzir sua paralisia estrutural e operar à altura dos ativos históricos que possui.

Porque poucos países têm hoje tantas possibilidades simultâneas de transformação em suas próprias mãos quanto o Brasil.

***Vinicius Lummertz é Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo.**

Aristóteles Drummond

O diplomata perfeito

Tese do diplomata Henri Carrières sobre Vasco Leitão da Cunha vem de receber primorosa edição da Francisco Alves. O correto estudo confirma ser a nossa diplomacia, desde sempre, reveladora de notáveis brasileiros. Desde o Império, com o Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco e Domício da Gama, passando à República, com Oswaldo Aranha, Afrânio de Melo Franco, Pio Corrêa, Roberto Campos e Vasco Leitão da Cunha; todos foram notáveis servidores públicos. Além da presença na literatura desde sempre, como prova a presença na média superior a 10% dos 40 ocupantes de cadeiras em nossa Academia Brasileira de Letras.

Vasco Leitão da Cunha foi ministro da Justiça, no Estado Novo, e chanceler na Revolução de 64, sempre com independência, coragem e convicções democráticas. Sua oposição à influência de comunistas e afins no Itamaraty foi decisiva na opção correta de alinhamento com as democracias ocidentais nos anos da Guerra Fria. Foi ator relevante em vários momentos da presença internacional do Brasil, tendo sido importante quando na embaixada em Havana, nas relações restabelecidas com a União Soviética, e encerrado a carreira na embaixada nos EUA. Seu primeiro posto, em 1930, foi em Lisboa, servindo com o embaixador José Bonifácio, político mineiro e irmão de Antônio Carlos de Andrada. Sua palavra de bom senso fez o Brasil votar pelo ingresso da Espanha na ONU e desde sempre vislumbrou a importância das relações estreitas com Portugal como nossa porta de entrada na Europa. Testemunhou os primeiros passos do Estado Novo português e guardou admiração por Salazar ao longo da vida. Agiu sempre sem se deixar intimidar pelas patrulhas ideológicas, voltado para o interesse nacional e a causa da paz entre as nações.

O livro tem prefácio do admirável diplomata e intelectual Gelson Fonseca, que seleciona algumas opiniões sobre o ilustre brasileiro, como a definição que lhe deu Roberto Campos de “diplomata perfeito”, do chanceler Luiz Felipe Lampreia de que “era o paradigma do diplomata” e, nas palavras do próprio Gelson, “um sucessor do Barão do Rio Branco”.

No mais, foi das últimas gerações em que a carreira abrigava membros de famílias tradicionais, descendentes de titulados do Império, que, pela cultura e presença social de alto nível construíram o prestígio internacional de nossa diplomacia, alinhando o Brasil com as nações e sociedades mais cultas e de alto nível do mundo, sem cotas nem apadrinhamentos.

Muitos poderiam fazer restrições ao fato de ter servido com lealdade e eficiência a diferentes governos por ignorarem que o bom diplomata, sem prejuízo de suas convicções, é um servidor público sujeito a hierarquia, disciplina. Um dos maiores diplomatas da história universal, Charles Maurice Talleyrand, ao ser indagado o que o levou a servir a tantos regimes e governos, respondeu que nunca deixou de servir a França.

Vasco Leitão da Cunha prestou relevantes serviços ao Brasil em sua longa e bonita carreira na Casa de Rio Branco.

CORREIO ECONÔMICO

POR
ANDRE SOUZA

Joédson Alves/Agência Brasil



Receita espera 44 milhões de declarações neste ano

24 milhões de pessoas ainda não fizeram a declaração do IR

Faltando poucas semanas para o encerramento do prazo do Imposto de Renda 2026, cerca de 24 milhões de trabalhadores ainda não enviaram a declaração à Receita Federal. Segundo dados divulgados pelo órgão, mais de 20,3 milhões de documentos haviam sido entregues até a manhã desta quarta-feira (7), o que representa 46,1% do total esperado de 44 milhões de declarações neste ano. O prazo para envio termina em 30 de maio. Quem perder a data estará sujeito a multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido. A Receita recomenda que os contribuintes evitem deixar a entrega para os últimos dias, quando há maior risco de lentidão no sistema e aumento na procura pela plataforma de envio.

iPhone com lance mínimo de R\$ 922

A Receita Federal abriu novos leilões eletrônicos de mercadorias apreendidas, com envio de propostas durante o mês de maio e sessões de lances em datas diferentes conforme o edital. Os lotes incluem iPhones, notebooks, videogames, joias, carros e caminhões, com preços iniciais entre R\$ 50 e mais de R\$ 1,2 milhão. Há casos de iPhone com lance mínimo de R\$ 922 e lotes de eletrônicos a partir de R\$ 100. Para participar, é preciso acessar o Sistema de Leilão da Receita.

Ilustração/Imagem gerada por IA



2,6 milhões abrem o CNPJ após aderirem ao CadÚnico

30% dos MEIs do país estão no CadÚnico

Quase 30% dos microempreendedores individuais (MEIs) do país estão inscritos no Cadastro Único (CadÚnico), segundo levantamento do Sebrae e do Ministério do Desenvolvimento Social. Isso representa 4,6 milhões de MEIs entre os 16,6 milhões existentes no Brasil. A pesquisa aponta que 2,6 milhões abriram o CNPJ após aderirem ao CadÚnico, indicando que programas sociais têm estimulado a busca por autonomia financeira. O setor de serviços concentra a maioria dos empreendedores cadastrados, com 54% do total. Na sequência aparecem comércio (26%) e indústria (10%).

Conferência Anual do Banco Central

O Banco Central realizará, entre 13 e 15 de maio, a Conferência Anual do Banco Central, em Brasília. O evento reunirá especialistas e pesquisadores para debater temas como macroeconomia, estabilidade financeira, inovação financeira e sustentabilidade. A edição de 2026 terá como palestrante principal Gabriel Chodorow-Reich, da Universidade de Harvard.

Fiscalização I

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) identificou irregularidades em fiscalizações realizadas entre 20 e 30 de abril em 13 estados. Em Minas Gerais, houve oito autos de infração, três interdições e apreensão de 24 mil litros de combustíveis. Em Santa Catarina, 142,2 mil litros de óleo lubrificante foram apreendidos.

Fiscalização II

No Pará, a ANP interditou um estabelecimento sem autorização para operar e apreendeu 9,6 mil litros de gasolina e 2,7 mil litros de diesel. Também foram registrados casos de destinação irregular de combustíveis e falhas em documentação e equipamentos durante as ações de fiscalização.

Voos cancelados

Companhias aéreas em todo o mundo cortaram até 2 milhões de assentos e cancelaram milhares de voos no mês de maio. Algumas tem adotado aeronaves menores, segundo dados da Cirium divulgados pelo jornal Financial Times. O motivo é o aumento do preço do combustível de aviação, provocado pela guerra no Oriente Médio.

Dinheiro na conta I

A Embraer, uma das maiores fabricantes de aeronaves do mundo, aprovou o pagamento de R\$ 7,6 mi em dividendos, equivalentes a R\$ 0,01 por ação. Terão direito os acionistas com posição em 11/maio (data-com). O pagamento será em 20/maio. A empresa registrou carteira de pedidos recorde de US\$32,1 bilhões (R\$ 168 bi), alta de 22%.

Dinheiro na conta II

A Gerdau, uma das maiores produtoras de aço das Américas, aprovou o pagamento de R\$ 354,1 milhões em dividendos aos acionistas, equivalentes a R\$ 0,18 por ação. Terão direito os investidores com posição em 13 de maio (data-com). O pagamento dos proventos será realizado em 9 de junho de 2026.

Dinheiro na conta III

A Neoenergia, uma das maiores companhias do setor elétrico brasileiro, aprovou o pagamento de R\$ 700 milhões em juros sobre capital próprio (JCP). Terão direito os acionistas com posição em 19 de maio (data-com). O pagamento dos proventos será realizado até dezembro de 2026, conforme cronograma da companhia.



Produtos químicos cresceram 4% no mês de março

Indústria sobe 0,1% em março e acumula alta de 3,1% no ano

Petróleo, químicos e veículos em alta; Bebidas e móveis caem

Andre Souza

A produção industrial brasileira cresceu 0,1% em março na comparação com fevereiro e registrou o terceiro avanço consecutivo em 2026. Com o resultado, o setor acumula expansão de 3,1% no ano e opera 3,3% acima do nível pré-pandemia, de fevereiro de 2020, embora ainda esteja 13,9% abaixo do recorde histórico alcançado em maio de 2011. Os dados foram divulgados na quinta-feira (7) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na Pesquisa Industrial Mensal (PIM).

Na comparação com março de 2025, a indústria avançou 4,3%, após recuo de 0,7% em fevereiro. Segundo o IBGE, o resultado foi influenciado pelo calendário, já que março deste ano teve 22 dias úteis, três a mais que no mesmo período do ano passado.

Segmentos

Entre fevereiro e março, quatro grandes categorias econômicas e oito dos 25 ramos pesquisados registraram crescimento. Os destaques positivos foram coque (combustível sólido produzido a partir do carvão mineral), produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, com alta de 2,2%, e produtos químicos, que cresceram 4%. O primeiro setor completou quatro meses consecutivos de expansão, acumulando ganho de 11,5% no período. Já o segmento químico recuperou a queda de 1,5% registrada em fevereiro.

Também avançaram veículos automotores, reboques e carrocerias (1,1%), metalurgia (1,2%) e máquinas e equipamentos (1%). Entre as grandes categorias econômicas, bens de consumo duráveis tiveram a maior alta mensal, de 1,7%, acumulando crescimento de 9,9% em três meses. Bens de capital cresceram 0,6%; bens intermediários, 0,5%; e bens de consumo semi e não duráveis, 0,4%.

Caíram em março

Por outro lado, 16 atividades industriais apresentaram retração em março. As principais quedas vieram de bebidas (-2,9%) e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-3,9%). Também recuaram móveis (-6%), confecção de artigos do vestuário e acessórios (-4,1%), produtos alimentícios (-0,5%), manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (-3,9%), celulose, papel e produtos de papel (-1,3%), equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-2,3%), produtos de madeira (-4,4%) e produtos de borracha e material plástico (-1,1%).

Comparação com 2025

Na comparação com março de 2025, os setores de bens de capital cresceram 6,5%; bens de consumo semi e não duráveis, 4,6%; e bens intermediários, 2,9%.

Próxima divulgação

Os dados de abril serão divulgados pelo IBGE em 3 de junho.

Aluguéis sobem em BH, Rio e Porto Alegre; SP caem

IVAR da FGV sobe 0,52% em abril, com BH liderando alta acumulada em 12 meses entre as capitais

O Índice de Variação de Aluguéis Residenciais (IVAR), divulgado esta semana pela Fundação Getulio Vargas (FGV), apontou alta de 0,52% nos preços dos aluguéis residenciais em abril de 2026. Em março, o indicador havia registrado avanço de 0,40%. No mesmo mês de 2025, a variação tinha sido de 0,79%. No acumulado do ano, o índice apresenta alta de 1,87%. Já no acumulado de 12 meses, houve desaceleração de 4,78% em março para 4,49% em abril. Os dados foram divulgados pelo FGV IBRE.

O levantamento mostra alta mensal dos aluguéis nas quatro capitais pesquisadas pelo indicador: Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Paulo. Belo Horizonte registrou a maior variação mensal entre as cidades analisadas, com avanço de 1,17% em abril. Em março, a capital mineira havia registrado alta de 0,56%. No acumulado de 12 meses, o índice da cidade passou de

4,78% em março para 9,68% em abril, a maior taxa entre as capitais acompanhadas pelo IVAR.

No Rio de Janeiro, os aluguéis subiram 0,70% em abril. O resultado representa o quarto mês consecutivo de alta mensal na capital fluminense. Em março, a variação havia sido de 0,54%. Na comparação acumulada em 12 meses, o índice acelerou de 2,60% para 4,82% entre março e abril.

Porto Alegre apresentou alta mensal de 0,40% em abril, após avanço de 0,71% em março. No acumulado em 12 meses, a capital gaúcha registrou aceleração de 6,40% para 7,31%.

São Paulo registrou a menor variação mensal entre as capitais pesquisadas, com alta de 0,32% em abril. Em março, a capital paulista havia registrado avanço de 1,06%. Segundo a FGV, a cidade apresentou a desaceleração mais intensa no ritmo de aumento dos aluguéis no período analisado. No acumulado de 12 meses, São Paulo foi a única



São Paulo registrou desaceleração em 12 meses (de 4,16% em março para 0,86% em abril)

capital a registrar desaceleração, com a taxa passando de 4,16% em março para 0,86% em abril.

De acordo com o economista Matheus Dias, do FGV IBRE, o comportamento do indicador sugere um período de menor volatilidade no mercado de locação residencial. Segundo ele, a manutenção dos juros em patamar elevado continua sustentando a demanda por imóveis alugados, enquanto a restrição orçamentária das famílias limita reajustes maiores nos contratos.

O economista também afirmou que a desaceleração do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) passou a influenciar os reajustes dos contratos de aluguel residencial. Segundo Dias, o índice oficial de inflação vem sendo utilizado com maior frequência nas renegociações de contratos.

Outro ponto citado pelo economista é o encerramento do processo de recomposição dos va-

lores dos contratos após a pandemia. Segundo ele, contratos que apresentavam defasagem em relação à inflação acumulada já foram renovados a preços de mercado ao longo de 2023 e 2024, reduzindo a pressão de reajustes represados nos últimos meses.

A FGV destacou que o comportamento de São Paulo teve impacto direto no resultado agregado do indicador nacional. Por ter o maior peso na composição do IVAR, a desaceleração registrada na capital paulista contribuiu para limitar uma aceleração mais intensa do índice nacional, mesmo com o avanço acumulado observado em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

O levantamento

O IVAR acompanha a evolução dos preços de aluguéis residenciais com base em dados de contratos administrados por empresas do setor imobiliário. O indicador considera os valores efetivamente pagos

pelos inquilinos em cada período e utiliza informações das capitais Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo. O índice nacional é calculado a partir da média ponderada dessas cidades, utilizando os mesmos pesos adotados nos subíndices do IPC-S.

Segundo a FGV, os dados usados na composição do IVAR incluem reajustes periódicos previstos em contrato e renegociações realizadas entre locadores e locatários ao longo da vigência das locações. Um mesmo imóvel pode ser acompanhado em diferentes contratos ao longo do tempo, conforme a dinâmica do mercado imobiliário. O instituto informou que os valores considerados no cálculo do índice correspondem aos montantes efetivamente desembolsados pelos inquilinos em cada período.

A FGV informou ainda que a próxima divulgação do IVAR, referente ao mês de maio de 2026, será realizada em 9 de junho.

Inadimplência atinge 29,7% das famílias brasileiras em abril, aponta CNC

O percentual de famílias brasileiras com dívidas voltou a subir e atingiu o maior nível da série histórica da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Em abril, 80,9% das famílias relataram possuir algum tipo de dívida, acima dos 80,4% registrados em março e dos 77,6% observados no mesmo mês de 2025.

O levantamento mostra que quatro em cada cinco famílias possuem contas parceladas, financiamentos, empréstimos ou compras no cartão de crédito. O índice vem renovando recordes ao longo de 2026. Em janeiro, a taxa havia atingido 79,5%; em fevereiro, 80,2%; em março, 80,4%;

até chegar aos 80,9% em abril.

Apesar da alta do endividamento, a inadimplência apresentou avanço menor. O percentual de famílias com contas em atraso ficou em 29,7% em abril, ante 29,6% em março e 29,1% em abril de 2025. Já a parcela das famílias que afirmam não ter condições de pagar as dívidas atrasadas permaneceu em 12,3%.

O cartão de crédito continua sendo a principal modalidade de dívida entre os brasileiros, seguido pelos carnês de loja e pelo crédito pessoal. Entre as famílias inadimplentes, 49,5% afirmaram estar com débitos atrasados há mais de 90 dias. O tempo médio de atraso permaneceu em 65,1 dias pelo terceiro mês consecutivo.

A pesquisa também mostra diferenças entre as faixas de ren-



Cartão de crédito segue como a principal dívida dos brasileiros

da. Entre as famílias com rendimento de até três salários mínimos, o índice de endividamento alcançou 83,6%, enquanto 38,2% relataram contas em atraso.

No grupo com renda entre

três e cinco salários mínimos, 82,8% das famílias estão endividadas. Entre aquelas com renda de cinco a dez salários mínimos, o percentual chegou a 80,1%. Já nas famílias com renda superior

a dez salários mínimos, o índice ficou em 70,8%.

De acordo com a CNC “o avanço do endividamento ocorre em meio ao aumento do custo do crédito e ao maior comprometimento da renda das famílias. Ao mesmo tempo, programas de renegociação seguem em expansão”. O governo federal lançou neste mês a segunda etapa do Desenrola Brasil, com descontos para renegociação de dívidas e possibilidade de parcelamento com juros reduzidos.

Sobre o levantamento

A Peic é divulgada mensalmente pela CNC e acompanha indicadores relacionados ao acesso ao crédito, inadimplência e capacidade de pagamento das famílias brasileiras.

CORREIO NO MUNDO

Edgar Beltrán, The Pillar, CC BY-SA 4.0, WC



Papa recebeu o secretário de Estado americano em Roma

Marco Rubio visita papa Leão 14 após críticas de Trump

O secretário de Estado americano, Marco Rubio, visitou o Vaticano para um encontro com o papa Leão 14 na quinta (7). O encontro aconteceu depois do presidente americano, Donald Trump, atacar repetidamente o pontífice nas redes sociais e em declarações públicas. Na primeira visita entre o papa e um membro do gabinete de Trump em quase um ano, o americano passou duas horas e meia no Vaticano. Ele se reuniu inicialmente com o papa, antes de se encontrar com funcionários de alto escalão da Igreja, incluindo o cardeal Pietro Parolin, principal diplomata do país. Uma autoridade americana ouvida pela agência AFP relatou que as conversas de Rubio com o pontífice foram "amigáveis e construtivas".

Reunião durou cerca de 45 minutos

A audiência, que durou aproximadamente 45 minutos, "ressaltou a solidez das relações entre os Estados Unidos e a Santa Sé, bem como o compromisso mútuo com a paz e a dignidade humana", afirmou o Departamento de Estado em comunicado.

"Eles analisaram os esforços humanitários em curso" nas Américas e "as iniciativas para estabelecer uma paz duradoura no Oriente Médio", acrescentou.

Reprodução/X @netanyahu



Católico, Marco Rubio expôs visão dos EUA sobre guerras

Lados trocaram opiniões sobre guerra

O diálogo testemunhou "a parceria forte e duradoura entre os Estados Unidos e a Santa Sé em apoio à liberdade religiosa", segundo o texto. Vaticano afirmou, em nota, que houve "uma troca de opiniões sobre a situação regional e internacional, com particular atenção aos países marcados por guerras, tensões políticas e situações humanitárias difíceis, bem como sobre a necessidade de trabalhar incansavelmente pela paz". Rubio já havia se encontrado com Leão, o primeiro papa dos EUA, em maio de 2025, ao lado do vice-presidente J. D. Vance.

Papa vem criticando Donald Trump

Os dois, ambos católicos, participaram da missa de posse do novo líder da Igreja Católica na praça São Pedro e tiveram uma reunião privada com o pontífice no dia seguinte. O papa manteve um perfil discreto no cenário global nos primeiros meses de seu pontificado, mas emergiu como um crítico ferrenho da guerra liderada pelos EUA e Israel contra o Irã, além de criticar as políticas anti-imigração de Trump.

Filho assassinado I

Um bombardeio israelense matou o filho do principal negociador do Hamas nas conversas, também mediadas pelos EUA, sobre o futuro de Gaza, disse um alto funcionário do Hamas, enquanto líderes do grupo terrorista realizavam conversas no Cairo com o objetivo de preservar a trégua com Israel.

Filho assassinado II

Azzam Al-Hayya, filho de Khalil Al-Hayya, não resistiu aos ferimentos na quinta-feira (7) após ser atingido na noite da última quarta-feira, segundo autoridades de saúde em Gaza e do Hamas. Ele foi o quarto filho do chefe exilado do Hamas a ser morto em ataques israelenses no território palestino.

Condenados à morte

Um tribunal militar da China condenou, na quinta (7), os ex-ministros da Defesa Wei Fenghe e Li Shangfu à pena de morte com suspensão de dois anos por acusações de corrupção, informou a agência estatal Xinhua. Na China, a pena de morte com suspensão funciona como um período de carência antes da execução.

Prisão perpétua

Durante os dois anos de suspensão condicional, o comportamento dos condenados é avaliado. Caso não cometam novos crimes considerados graves, a pena é convertida em prisão perpétua. As condenações são as mais severas já aplicadas a oficiais militares na campanha anticorrupção lançada por Xi Jinping após sua chegada ao poder no fim de 2012.

Ex-ministros

Fenghe, 72, e Shangu, 68, ocuparam o cargo de ministro da Defesa entre 2018 e 2023 e também integraram a Comissão Militar Central, órgão que supervisiona as Forças Armadas chinesas. Ambos eram figuras frequentes na televisão estatal e considerados integrantes da cúpula militar do país.

Sem perdão

Tribunal considerou Wei culpado de aceitar subornos e Li de corrupção ativa e passiva. Os dois ex-ministros também foram condenados à perda de seus direitos civis e ao confisco de todos os seus bens. Após a conversão, Wei e Li permanecerão presos pelo resto da vida, sem possibilidade de redução da pena ou condicional.



Opositores apontam o cessar-fogo como fracasso estratégico

Líbano e Israel farão novas negociações

Em meio a frágil trégua, nova rodada será realizada nos EUA

Líbano e Israel realizarão nova rodada de negociações em Washington na semana que vem, segundo afirmou um funcionário do governo dos Estados Unidos, que pediu anonimato, nesta quinta-feira (7). Apesar da continuidade das conversas e do frágil cessar-fogo em vigor, forças israelenses têm ampliado seus ataques contra o Hezbollah no Líbano, principalmente no sul do país.

O funcionário do Departamento de Estado americano indicou que a nova rodada de conversas entre Israel e Líbano ocorrerá nos dias 14 e 15 de maio. A autoridade não detalhou quem participaria do encontro; o último ocorreu na Casa Branca com a presença do presidente Donald Trump, do vice-presidente J. D. Vance e de diplomatas dos três países.

A reunião será o terceiro encontro entre as partes com mediação dos EUA nos últimos meses. Israel e Líbano estão tecnicamente em estado de guerra e não mantêm relações diplomáticas desde a criação do Estado judeu, em 1948.

O secretário de Estado americano, Marco Rubio, afirmou na terça-feira (5) que um acordo de paz entre as partes era "perfeitamente viável", e insistiu que o Hezbollah era o obstáculo, e não qualquer outra questão entre os dois governos.

O Líbano foi arrastado para o conflito no Oriente Médio quando o Hezbollah, uma facção xiita apoiada pelo Irã, lançou foguetes contra Israel após Washington e Tel Aviv iniciarem o conflito contra

Teerã no dia 28 de fevereiro.

Na última reunião entre os rivais em Washington, no dia 23, uma extensão de três semanas da trégua foi anunciada por Trump, mas isso não impediu que Israel continuasse sua campanha de bombardeios contra o grupo radical, que por sua vez reivindicou ataques contra as forças israelenses que ocupam algumas partes do sul do Líbano.

Nesta quinta, o primeiro-ministro israelense, Binyamin Netanyahu, disse que não havia "imunidade" para os inimigos de Israel, um dia após ataque em Beirute que teve como alvo Ahmed Ali Balout, um comandante do Hezbollah. Foi o primeiro ataque aos subúrbios ao sul de Beirute, onde a facção tem muita força política, desde o início do cessar-fogo.

Israel afirmou que o ataque matou o comandante da força de elite Radwan do grupo. O Hezbollah não emitiu qualquer declaração sobre o ataque ou sobre a situação do comandante.

"Ele provavelmente leu na imprensa que tinha imunidade em Beirute. Bem, ele leu e isso não é mais o caso", disse Netanyahu. "Digo aos nossos inimigos da forma mais clara possível: nenhum terrorista tem imunidade", afirmou o premiê.

Israel segue atacando a Faixa de Gaza, território palestino que tem mais de 50% de sua área controlada pelas forças de Netanyahu enquanto não avançam as etapas subsequentes do acordo que reduziu a intensidade do conflito em Gaza.

CORREIO ESPORTIVO

Ricardo Stuckert / PR



Brasileiro brincou com o americano sobre a Copa

Lula diz a Trump que Brasil vai ganhar a Copa do Mundo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva encontrou Donald Trump por cerca de três horas nessa quarta-feira (7), em Palm Beach, na Flórida. O brasileiro contou ter brincado sobre a liberação da entrada dos atletas da seleção na América do Norte para a Copa do Mundo. “Ele perguntou da Copa do Mundo, se a seleção brasileira estava boa. E eu falei: ‘Espero que você não venha anular os vistos dos jogadores brasileiros da seleção. Por favor, não faça isso porque nós vamos vir aqui para ganhar a Copa do Mundo’”, relatou Lula. Segundo ele, Trump se divertiu com o gracejo. “Ele riu, porque agora ele vai rir sempre. Ele aprendeu que rir é muito bom.” A edição 2026 ocorrerá de 11 de junho a 19 de julho, nos EUA, México e Canadá.

Vistos preocupam brasileiros

Apesar do tom leve, a questão dos vistos preocupa torcedores e delegações, já que episódios recentes mostram dificuldades de entrada no país. O zagueiro argentino Ayrtton Costa, do Boca Juniors, teve o visto negado por antecedentes criminais, enquanto o mesa-tenista Hugo Calderano foi impedido de entrar nos EUA após viagem a Cuba em 2023. A expectativa é que entre 5 mil e 6 mil brasileiros acompanhem o torneio na América do Norte.

FIFA



Hospedagem, transporte e ingressos estão muito caros

Viajar para a Copa do Mundo vai custar

Para o torcedor que deseja acompanhar a Seleção na Copa, o primeiro destino deve ser Nova York ou Nova Jersey, onde as passagens de ida e volta variam entre R\$ 3 mil e R\$ 6 mil. De lá, um transporte terrestre até Filadélfia sai por cerca de R\$ 120, e uma passagem de avião até Miami custa aproximadamente R\$ 1.000. A hospedagem, no entanto, representa o maior gasto: com valores 42% mais altos em 2026, um quarto em hotel 2 estrelas custa entre R\$ 2 mil e R\$ 3 mil por dia. Hotéis com quartos compartilhados saem entre R\$ 1.000 e R\$ 2 mil diários.

Os ingressos, o maior problema

Os bilhetes oficiais para a fase de grupos variam entre US\$ 60 e US\$ 620 nas melhores posições, com alguns chegando a registrar alta de mais de 1.000% em relação à Copa de 2022. Na revenda pela plataforma oficial da FIFA, ingressos para jogos do Brasil e da Argentina chegam em até R\$ 6 mil. No total, assistir à fase de grupos nos EUA pode custar cerca de R\$ 50 mil sem os ingressos.

Reforço no Verdão

O zagueiro Alexander Barboza está muito próximo de ser anunciado como novo reforço do Palmeiras. O defensor, que atualmente pertence ao Botafogo, realizou exames médicos nesta quinta-feira e aguarda apenas detalhes burocráticos para concluir a transferência do argentino ao clube paulista.

Contratação

O Palmeiras vai pagar cerca de 4 milhões de dólares, aproximadamente R\$ 20 milhões, pela contratação. O contrato será válido até dezembro de 2029. O Botafogo já pediu autorização ao Tribunal de Justiça do Rio para finalizar a negociação. Barboza só poderá atuar pelo Verdão após a abertura da janela de transferências, em julho.

Santos no rival

O Santos alugou a Neo Química Arena e mandará o duelo contra o Coritiba, às 11h do dia 17 de maio, pela 14ª rodada do Brasileirão. A mudança foi aprovada pela CBF. O Peixe pagará aluguel ao rival paulista e arcará com todos os custos do evento, ficando com a renda integral da partida.

Apoio da torcida

Invicto na Série C, o Guarani segue preparação para manter a boa fase. O zagueiro Maurício Antônio pediu paciência aos torcedores e destacou a última vitória sobre o Santa Cruz como essencial para elevar a confiança do grupo. Para ele, uma defesa sólida e sem sofrer gols é o principal caminho para uma boa campanha.

Transfer ban

O CAS condenou o Corinthians a quitar R\$ 6 milhões ao Midtjylland, da Dinamarca, pela compra do volante Charles. O clube tem 45 dias para pagar, ou sofrerá transfer ban. O valor inclui parcela atrasada, multa contratual, juros e custas processuais. O Timão já havia perdido na Fifa e recorreu sem sucesso.

Timão estreia Kit

Autorizado pela CBF, o Corinthians usará seu novo segundo uniforme diante do São Paulo, domingo, na Neo Química Arena, pelo Brasileirão. A camisa preta homenageia os 50 anos da Invasão Corinthiana, resgatando as listras tradicionais. O lançamento da coleção ocorre nesta sexta-feira.



O presidente da Fifa afirmou que mudança vai ajudar o futebol

FIFA encerra parceria com Panini para novos álbuns

Novo contrato começa em 2031 e encerra parceria de 60 anos

Da Redação

A FIFA anunciou nessa quinta-feira (7) que assinou um acordo com a Fanatics para produzir os álbuns da Copa do Mundo a partir de 2031. Atualmente, a Panini é a responsável pelos álbuns e vê o fim da parceria após cerca de 60 anos.

O contrato dá à Topps, que pertence à Fanatics, os direitos para produzir cards, figurinhas e outros produtos ligados à Copa e a outros eventos da Fifa a partir de 2031. A mudança encerra a parceria com a Panini, que foi a principal licenciada do Mundial desde 1970 e seguirá com os produtos até a edição de 2030.

Inovação

“Com a Fanatics, vemos que eles estão promovendo uma enorme inovação em colecionáveis esportivos, o que oferece aos fãs uma forma nova e significativa de se conectar com seus times e com seus jogadores favoritos. Então, do ponto de vista da Fifa, podemos globalizar esse engajamento de fãs justamente graças ao nosso portfólio global de torneios. E isso fornece outra importante fonte de receita comercial que direcionamos de volta, como sempre, para o jogo, para o futebol”, afirma Gianni Infantino, presidente da FIFA.

“Nosso negócio de colecionáveis neste ano provavelmente é 85% nos EUA. Então, quando

pensamos em como expandir globalmente, que é como transformamos isso em um negócio muito maior, não há nada mais importante do que a FIFA. Então, para nós, estamos pensando em crescimento global. Nossa grande iniciativa de crescimento e a parceria com a FIFA para fazer a Copa do Mundo, não há evento maior no mundo do que a Copa do Mundo a cada quatro anos. Acreditamos que, no longo prazo, o futebol global deve ser nosso maior negócio”, disse Michael Rubin, CEO da Fanatics, que também se comprometeu a distribuir gratuitamente mais de US\$ 150 milhões (R\$ 793 milhões) em colecionáveis para crianças ao redor do mundo durante a vigência da parceria. O acordo prevê ações de ativação e iniciativas voltadas a aproximar o público dos jogadores por meio de itens colecionáveis.

Uma das novidades citadas pela empresa é levar para produtos ligados à Copa o modelo de cards com “Debut Patch”, que usa um pedaço do uniforme usado em jogo e depois autenticado. A ideia é que o jogador use um patch na camisa e o item seja colocado em um card autografado.

Os patches usados em jogo podem começar já nesta Copa, mesmo antes do início do licenciamento em 2031, segundo o The Athletic. A Fanatics mantém parcerias com mais de 900 propriedades esportivas.

Paulo Cappelli assume a vice-presidência do Correio da Manhã visitando redações de SP e Campinas

O jornalista Paulo Cappelli assumiu a vice-presidência do grupo Correio da Manhã já fazendo integração e visitando as redações nacionais. Além da de Brasília, que esteve no início da semana e que será sua base de atuação, visitou a operação do Correio da Manhã em São Paulo e Campinas (SP), conhecendo o parque gráfico em Indaiatuba (SP) que produz as duas edições paulistas.

“O objetivo é ampliar a integração entre todas as redações do grupo Correio da Manhã e reforçar a presença digital. Cada vez mais, o jornal se consolida como um veículo nacional, no qual o leitor poderá encontrar credibilidade e notícias exclusivas”, ressaltou o vice-presidente Paulo Cappelli, que estreia nesta edição de fim de semana a sua coluna diária.



O vice-presidente do Correio da Manhã, Paulo Cappelli, durante visita à redação de São Paulo do grupo



Cappelli também esteve em Campinas e recebeu as boas-vindas da nossa redação na cidade



Antônio Florêncio de Queiroz foi homenageado com a Comenda Defensor Público da Liberdade



Da esquerda para a direita: Elisa Fraga de Rego Monteiro, procuradora de Justiça; Charbel Khouri Duarte, médico e diretor-geral do Hospital Alberto Torres; Delmir Gouvêa, secretário de Estado de Polícia Civil; Antonio Florencio de Queiroz Junior, presidente da Fecomércio RJ; Bruno Tavares Simões, delegado regional executivo da Polícia Federal no Rio de Janeiro; Antônio Alves Teixeira, assistente da Secretaria de Estado de Polícia Civil

Presidente da Fecomércio RJ recebe Comenda Defensor Público da Liberdade

O presidente da Fecomércio RJ, Antonio Florencio de Queiroz Junior, foi homenageado, na quinta-feira (07), com a Comenda Defensor Público da Liberdade — a mais alta condecoração da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro — em reconhecimento aos relevantes serviços prestados em apoio à instituição e à segurança pública.

A honraria é concedida exclusivamente a personalidades que já tenham sido agraciadas com a Medalha Amizade, des-

taçando a continuidade, o compromisso e a relevância da contribuição à Polícia Civil fluminense.

Em março, a Fecomércio RJ realizou a doação de equipamentos de última geração para fortalecer a atuação das forças de segurança no estado. A iniciativa viabilizou a criação de uma moderna sala de monitoramento no complexo que reúne 15 delegacias especializadas, permitindo o acompanhamento, em tempo real, de operações policiais e a integração de imagens

captadas por câmeras instaladas na cidade do Rio de Janeiro.

A nova estrutura amplia a capacidade de análise, inteligência e coordenação das ações policiais, contribuindo para respostas mais rápidas e estratégicas no combate ao crime. Além disso, a instituição também apoiou a implantação de uma academia de ginástica na CidPol, destinada aos policiais civis, promovendo mais qualidade de vida, saúde física e bem-estar mental aos profissionais da segurança pública.

Tânia Bastos transforma legado de Luciana Novaes em medalha de inclusão

A vereadora Tânia Bastos é uma das protagonistas de uma homenagem que transforma memória em ação concreta: a criação da Medalha Vereadora Luciana Novaes, dedicada a reconhecer iniciativas em prol das pessoas com deficiência. A proposta foi acolhida por unanimidade pela Câmara do Rio, reforçando o alcance e a relevância do legado deixado pela parlamentar.

A honraria leva o nome de Luciana Novaes, que marcou sua trajetória no Legislativo municipal com atuação firme na promoção, defesa e valorização dos direitos das pessoas com deficiência. Durante seus mandatos, destacou-se pela sensibilidade, empatia e pela construção de políticas públicas voltadas à inclusão e ao respeito às diferenças.



Iniciativa aprovada por unanimidade eterniza atuação da vereadora na defesa dos direitos e da acessibilidade no Rio

PINGA-FOGO

■ **EXPANSÃO DE VOOS DO GALEÃO AMEAÇADA** - A não renovação da redução tributária que a ver da aviação, que ficou paralisada com a mudança de governo e de comando da Assembleia Legislativa do Rio, agrava ainda mais a crise das companhias aéreas que operam no Galeão e retira a competitividade do aeroporto, agora com novo concessionário. Até dezembro passado, o ICMS sob os combustíveis das aeronaves era de 7%. Em janeiro, a alíquota subiu com a promessa do Governo do Estado de enviar para a Alerj a renovação do desconto.

■ Com a guerra do Irã e a disparada do Petróleo, as companhias aéreas ficaram gravemente prejudicadas e a retomada do desconto passou a ser vital para ampliação de voos no Galeão, já que o cenário ficou hostil para qualquer expansão.

■ **A GOL Linhas Aéreas havia anunciado o início da operação de longo curso para Europa e Estados Unidos, a partir do Rio, e o aumento de voos de alimentação das rotas internacionais.** As empresas tiveram várias reuniões com a Sefaz, e a Casa Civil chegou a encaminhar mensagem para a Assembleia Legislativa. Se o projeto não andar e não receber a anuência dos novos gestores do poder Executivo, o estado do Rio de Janeiro perderá a chance de voltar a protagonizar rotas aéreas que beneficiam o fluxo turístico e a geração de receita para o estado. A luz vermelha está acesa no setor aéreo.

■ **SÃO PAULO INNOVATION WEEK** - Nascido no Rio de Janeiro, o São Paulo Innovation Week ganha a sua versão paulista de forma turbinada ocupando toda a área do Pacaembu nos próximos dias 13, 14 e 15 de maio, com mais de 1500 palestrantes e CEOs de grandes empresas. A edição São Paulo é uma realização conjunta da companhia Base, Estado de S. Paulo e a FAAP, com apoio da Firjan.

■ **O novo portal do grupo Correio da Manhã, que unificará o conteúdo das redações nacionais do Rio, São Paulo e Brasília, além das regionais Campinas, Volta Redonda e Petrópolis, e a TV Correio da Manhã, será lançado no evento.**

■ O vice-presidente do grupo Correio da Manhã, jornalista Paulo Cappelli, será moderador de um dos painéis principais.

■ **Para Jerônimo Vargas, cofundador e diretor-geral, o evento de São Paulo e do Rio são complementares.**

■ **VOTO DE CÁRMEN LÚCIA É APLAUDIDO** - Para o advogado Luís Augusto Bichara, que fez a defesa oral pela OAB-RJ no julgamento dos royalties do Petróleo no STF, o voto da ministra Cármen Lúcia foi impecável. Para ele “o argumento central da Relatora foi no sentido de que a Constituição prevê compensação financeira pela exploração — ou seja, quem produz deve ser indenizado. E efetivamente esse é um axioma inafastável, que traduz o pacto político celebrado entre os estados quando elaboração da Constituição de 1988, e que justificou a aplicação da regra exclusivíssima de incidência do ICMS no destino apenas para petróleo e energia elétrica.”

MATRESCÊNCIA:

Transição para a maternidade é intensa e requer apoio, cuidado e proteção

Por Ana Carolina Martins

Neste domingo (10), o calendário se enche de flores, mensagens e gestos de carinho. O Dia das Mães convoca celebrações, memórias e afetos que atravessam gerações. Entretanto, para além da imagem comumente idealizada da maternidade, ocorre um processo silencioso, profundo e ainda pouco nomeado e reconhecido, um território íntimo no qual as mulheres se refazem enquanto cuidam dessa nova vida.

Esse processo tem nome: matrescência.

A palavra foi lançada na década de 1970 pela antropóloga Dana Raphael, ao observar, em diferentes culturas pelo mundo, que o nascimento de um bebê não é um evento isolado.

Ele inaugura também o nascimento de uma mãe. E isso traz implicações, como mudanças no corpo, na mente, nos vínculos e na forma de se sentir e existir no mundo, comparável, em intensidade a outras grandes passagens da vida, como a adolescência.

Transição ampla

Décadas depois, o conceito foi retomado e ampliado pela psicóloga Aurélie Athan, que o redefiniu como uma transição ampla, bio e psicossocial, comparável à adolescência. Mais recentemente, a escritora Lucy Jones ajudou a levar essa discussão ao grande público, reunindo ciência, experiência pessoal e crítica cultural em torno dessa metamorfose.

O conceito de matrescência propõe compreender a profunda transformação psíquica, física e social que atravessa o tornar-se mãe. Inicialmente, formulado pela antropóloga Dana Raphael, foi retomado no livro “Matrescência, de Lucy Jones: sobre a metamorfose da gravidez, do parto e da maternidade”.

Escuta ativa

Octavie Laroque, psicanalista e apresentadora de um podcast de escuta ativa, que reuniu mais de 100 histórias de mães para contar seus



Magnífico

O conceito de matrescência propõe compreender a profunda transformação psíquica, física e social que a mulher atravessa ao tornar-se mãe

quando nasce a mãe, nasce uma nova mulher

relatos, pode contribuir com explicações sobre este fenômeno e suas nuances emocionais envolvendo a transição, muitas vezes romantizada e atravessada por ambivalências, medos, rupturas e reconstruções subjetivas.

“Não acho que matrescência pode ser pensada como uma “segunda puberdade”. Primeiro, porque não é um processo universal, uma vez que nem toda mulher se torna mãe. Segundo, porque não há um ponto de chegada, como na puberdade, que culmina na maturação sexual. A matrescência é uma transformação menos biológica e delimitada do que a puberdade”, afirma.

A maternidade ainda é cercada por uma narrativa que privilegia o amor incondicional, a entrega plena, a realização absoluta. Embora esses sentimentos existam, e em alguns casos com intensidade arrebatadora, eles não são únicos. A realidade da maternidade revela uma experiência feita também de ambivalências: alegria e exaustão, plenitude e medo, conexão e perda.

Experiência solitária

Reconhecer e nomear a matrescência tem um efeito importante para a saúde mental materna, por-



Divulgação

Octavie Laroque, psicanalista e apresentadora de um podcast de escuta ativa, que reuniu mais de 100 histórias de mães

que permite dar contorno a uma experiência que frequentemente é vivida como solta e solitária. “Esse conceito mostra que não se trata de um problema individual e sim de um processo esperado, ainda que exigente e por vezes difícil. Isso já produz um alívio importante,

reduzindo a culpa e a sensação de inadequação percebidas nas mães. Nomear a experiência permite simbolizar e transformá-la em algo pensável e transmissível”, complementa Octavie Laroque.

Muitas mulheres relatam, por exemplo, a sensação de não se reco-

nhecerem mais. Como se uma versão anterior de si tivesse ficado para trás, enquanto uma nova ainda estivesse em construção. Não se trata apenas de adaptação à rotina ou às demandas do cuidado, mas de uma reorganização profunda da identidade.

Cultura de sustentação

Segundo a psicanalista, para que esse processo não se torne um sofrimento, é fundamental que a mulher encontre um ambiente que ofereça escuta. Isso nos leva à dimensão social e política da maternidade.

“É essencial pensar e oferecer uma cultura de sustentação para que a maternidade possa ser vivida com dignidade. É preciso oferecer licença-maternidade e paternidade decentes, de estabilidade financeira durante a licença maternidade, de acesso a creches e a cuidados de saúde. Urge ainda repensar o próprio olhar da sociedade sobre a maternidade, de modo a criar condições para que a matrescência seja vivida de forma mais saudável” explica

Outro ponto essencial mencionado por Lucie Jones no livro diz respeito ao tempo de cada uma para fazer essa travessia, visto que ela se encerra no puerpério. Pode se estender ao longo dos primeiros anos do bebê, reaparecer em novas fases da infância ou até se renovar a cada filho. É um processo contínuo, vivo, em movimento.

Mais apoio e solidariedade

“A forma como cada mulher vive a matrescência depende, em grande medida, das condições ao seu redor: rede de apoio, estabilidade financeira, relações afetivas, expectativas culturais.

Em sociedades que ainda colocam sobre a mulher a responsabilidade quase exclusiva pelo cuidado, essa experiência tende a ser mais solitária e exigente”, observa a psicanalista.

Por isso, compreender a matrescência não é apenas um exercício teórico — é também um gesto de cuidado coletivo.

Dia das Mães

Neste Dia das Mães, talvez seja possível ampliar o olhar para além das homenagens e das imagens que já conhecemos. Há uma mulher em travessia, muitas vezes invisível, muitas vezes silenciosa... mas profundamente viva em sua reconstrução.

A matrescência nos convida a enxergar essa mulher-mãe.

A compreender que, quando um filho nasce, não é apenas uma nova vida que começa. É também uma história que se refaz, uma identidade que se reinventa, um mundo interno que se expande. E que, dentro de cada mãe, há sempre uma mulher em processo de transformação.